



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

CLÁUDIA RAQUEL CARDOSO FARIAS MARTINS

“UM ESPELHO BOM DO RESTANTE DA SOCIEDADE”: violência contra as mulheres e resistências feministas de estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe entre 2022 e 2023

São Cristóvão - SE
Outubro/2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

CLÁUDIA RAQUEL CARDOSO FARIAS MARTINS

“UM ESPELHO BOM DO RESTANTE DA SOCIEDADE”: violência contra as mulheres e resistências feministas de estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe entre 2022 e 2023

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado para apresentação à Banca de Qualificação do Colegiado de Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a conclusão do curso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Milena Fernandes Barroso.

São Cristóvão - SE
Outubro/2024

CLÁUDIA RAQUEL CARDOSO FARIAS MARTINS

“UM ESPELHO BOM DO RESTANTE DA SOCIEDADE”: violência contra as mulheres e resistências feministas de estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe entre 2022 e 2023

APROVADA EM: 24.10.2024

Prof.^a Dr.^a Milena Fernandes Barroso
(Presidente da banca)
Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Dr.^a Liliana Aragão Araújo
(Avaliadora Interna)
Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Ma. Raquel de Oliveira Mendes
(Avaliadora Externa)
Universidade Federal de Sergipe

São Cristóvão - SE
Outubro/2024

DEDICATÓRIA

Às companheiras de curso, de profissão, de luta e de vida.
Apesar das adversidades, sigamos!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à espiritualidade que me acompanha, à força dos e das minhas ancestrais que carrego em meu sangue e em meu orí. Sem a fé que me orienta, me nutre e me reordena todos os dias, não conseguiria ter chegado aqui. Às minhas ancestrais que muito lutaram no passado, enfrentando todo o tipo de adversidade. Nós conseguimos!

À toda minha família, que muito lutou, trabalhou e se esforçou para que eu chegasse até aqui e pudesse ocupar lugares que outras não conseguiram. Toda minha gratidão à minha mãe e irmãs, tias, e em especial à minhas avós, Helena e Zenaide (in memorian), guerreiras que nunca desistiram de resistir nesta sociedade violenta e hostil, muito do que sou é de vocês!

Aos meus amigos e amigas da UFS e fora dela que me deram todo suporte durante a elaboração deste TCC, sempre me apoiaram em tudo que precisei e me deram todo incentivo, amor e afeto. O processo é árduo mas vocês tornaram ele mais leve, minha imensa gratidão.

Aos colegas que partilharam comigo na militância dentro do CASSMAGA, na ABEPSS e na ENESSO, sou profundamente agradecida pelas experiências e conhecimento compartilhados durante todos esses anos.

Em nome de todo o GEPEM, agradeço à minha orientadora Milena, pela parceria de tantos anos, por incentivar e acreditar nesse trabalho, aos colegas do GEPEM, pela nossa trajetória e parceria. À professora Yanne por toda partilha de conhecimentos e suporte durante esse processo. Vocês duas são incríveis e fizeram minha trajetória acadêmica ser ímpar!

Também, às professoras Liliana e Raquel, que toparam participar desse momento tão importante em minha vida e contribuir com minha produção, formação acadêmica e profissional, toda minha gratidão!

Às companheiras da Divisão de Equipe Interdisciplinar do Ministério Público de Sergipe por todo aprendizado e partilhas durante o período de estágio, gratidão pela oportunidade de aprender com vocês, por me ensinarem tanto e terem tanta humanidade dentro de si.

Este trabalho dedico às minhas ancestrais, às minhas tias que não puderam ter uma formação, e também para as que estiverem por vir a ocupar essas cadeiras enquanto discentes, militantes, engajadas, revoltadas e empenhadas em mudar a condição das mulheres nesta sociedade.

RESUMO

O presente trabalho é fruto dos estudos realizados no núcleo feminista do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e tem como objetivos analisar as estratégias não institucionais de enfrentamento à violência contra as mulheres na Universidade Federal de Sergipe, entre 2022 e 2023, de estudantes do curso de Serviço Social. Busca-se também caracterizar a violência contra as mulheres inserida no contexto acadêmico, suas particularidades e relações com as estruturas de poder formada na universidade, investigar as interlocuções entre o movimento estudantil de Serviço Social e os movimentos sociais dentro da UFS frente à violência contra as mulheres no espaço acadêmico, e levantar as estratégias adotadas por discentes do curso de Serviço Social da UFS no enfrentamento à violência contra as mulheres no âmbito universitário. Para tanto, foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, nas quais se buscou apreender as categorias: patriarcado, racismo, violência contra as mulheres, feminismo e universidade. Na parte da pesquisa documental, foram utilizados dados estatísticos fornecidos pela plataforma Fala.Br, do Atlas da Violência e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, bem como a análise de páginas das organizações estudantis. Na parte de campo, foi executado um grupo focal com acadêmicas do curso de Serviço Social da UFS, organizadas em coletivos ou movimentos sociais. Ante o exposto, coletamos resultados que apontam a presença da violência contra as mulheres no cotidiano das estudantes do curso de Serviço Social, principalmente no transporte público a caminho do campus e dentro das salas de aula. Os dados também indicam que a organização coletiva, seja em organizações de mulheres ou mistas, estudantis ou não, contribui para o tensionamento político dentro da instituição, promovendo ações por meio das organizações e denunciando publicamente casos ocorridos. Destarte, conclui-se que há a necessidade de criação de políticas para o combate e enfrentamento da violência dentro da instituição, em articulação com os movimentos e coletivos atuantes nos campi. Além disso, faz-se necessária a estruturação de medidas que facilitem as denúncias e a tramitação dos processos, bem como a garantia do acolhimento e acompanhamento às vítimas. Ressalta-se também a essencialidade da expansão e amadurecimento do debate.

Palavras-Chave: Violência contra as mulheres. Resistências feministas. Universidade Federal de Sergipe. Serviço Social.

ABSTRACT

This work is the result of studies carried out in the feminist nucleus of the Marxist Studies and Research Group of the Federal University of Sergipe (UFS) and aims to analyze the non-institutional strategies for confronting violence against women at the Federal University of Sergipe, between 2022 and 2023, by students of the Social Work course. It also seeks to characterize violence against women inserted in the academic context, its particularities and relations with the power structures formed at the university, to investigate the dialogues between the Social Work student movement and the social movements within the UFS in the face of violence against women in the academic space, and to raise the strategies adopted by students of the Social Work course at UFS in confronting violence against women in the university environment. To this end, bibliographic research techniques were used, in which we sought to understand the categories: patriarchy, racism, violence against women, feminism and university. In the documentary research part, statistical data provided by the Fala.Br platform, the Atlas of Violence and the Brazilian Public Security Forum were used, as well as the analysis of student organizations' websites. In the field part, a focus group was carried out with students from the UFS Social Work course, organized in collectives or social movements. In view of the above, we collected results that indicate the presence of violence against women in the daily lives of Social Work students, mainly on public transportation on the way to campus and inside the classrooms. The data also indicate that collective organization, whether in women's or mixed organizations, student or not, contributes to political tension within the institution, promoting actions through organizations and publicly denouncing cases that have occurred. Therefore, it is concluded that there is a need to create policies to combat and confront violence within the institution, in conjunction with the movements and collectives active on campuses. Furthermore, it is necessary to structure measures that facilitate reporting and the processing of cases, as well as to guarantee support and support for victims. It is also essential to expand and mature the debate.

Keywords: Violence against women. Feminist resistance. Federal University of Sergipe. Social Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Denúncias registradas de Assédio Moral na UFS em 2022	45
Figura 2 - Quesito Raça/cor das denunciantes de Assédio Moral na UFS em 2022	45
Figura 3 - Denúncias registradas de Assédio Sexual na UFS em 2022	45
Figura 4 - Denúncias registradas de Discriminação na UFS em 2023	46
Figura 5 - Denúncias registradas de Violência contra a Mulher na UFS em 2023	46
Figura 6 - Denúncias registradas de Assédio Moral na UFS em 2023	47
Figura 7 - Quesito Raça/cor das denunciantes de Assédio Moral na UFS em 2023	47
Figura 8 - Denúncias registradas de Assédio Sexual na UFS em 2023	47
Figura 9 - Publicação ENESSO Feminista contra o PL 5.069	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Casos de denúncias de assédio sexual contra professores da Universidade Federal de Sergipe	43
Quadro 2 - Identificação das estudantes participantes do grupo focal	49
Quadro 3 - Panorama das violências contra as mulheres relatadas durante o grupo, os autores, a relação com o local e estratégia adotada	69
Quadro 4 - Ações realizadas pelos coletivos/movimentos/programas voltados a temática da violência contra as mulheres nas universidades	71
Quadro 5 - Casos recebidos pelos coletivos/movimentos/programas e providências tomadas.....	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABEPSS - Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social
ADUFS - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe
CAs - Centros Acadêmicos
CASSMAGA - Centro Acadêmico de Serviço Social Maria Anízia Gois de Araújo
CGU - Controladoria Geral da União
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
DAs - Diretórios Acadêmicos
DCE - Diretório Central dos Estudantes
ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais
MMM - Marcha Mundial das Mulheres
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
PET - Programa de Educação Tutorial
PL - Projeto de Lei
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
SEM ASS - Semana de Arte e Serviço Social
SESSUNE- Subsecretaria de Serviço Social na UNE
SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SINTUFS - Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação da UFS
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFPI - Universidade Federal do Piauí
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UnB - Universidade de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNIFESP - Universidade Estadual de São Paulo
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: FUNDAMENTOS PARA O DEBATE	18
1.1 A imbricação do patriarcado-racismo-capitalismo e a violência estrutural	18
1.2 A realidade não é nem um pouco cor de rosa: Violência contra as mulheres e seu retrato no Brasil	27
1.3 A resistência feminista no Brasil e o enfrentamento a violência contra as mulheres	31
2 UMA HISTÓRIA DE NÃO PERTENCIMENTO: A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA UNIVERSIDADE	36
2.1 A trajetória da Universidade no Brasil e violência contra as mulheres no espaço acadêmico	37
2.2 Aproximação a violência contra a mulher na UFS	42
2.3 As percepções sobre a violência na UFS	54
3 DANDO VOZ A ELAS: ESTRATÉGIAS ADOTADAS POR DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL FRENTE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA UFS	57
3.1 Resistências feministas e do movimento estudantil no combate a violência contra as mulheres nas universidades	58
3.2 Organização política estudantil no curso de Serviço Social da UFS no combate a Violência contra as mulheres	62
3.3 As estratégias feministas de alunas do curso de Serviço Social para o enfrentamento à violência contra as mulheres na UFS	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICES	88
APÊNDICE A: ROTEIRO DE PERGUNTAS E CONDUÇÃO DE GRUPO FOCAL	88
APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	89
APÊNDICE C: TERMO DE DEPOIMENTO	92
ANEXOS	93
ANEXO A – COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO AO COMITÊ DE ÉTICA	93

INTRODUÇÃO

No começo de 2023 o Brasil foi surpreendido nos noticiários com o caso de uma aluna da Universidade Federal do Piauí (UFPI), mas em nada surpreende as sujeitas que cotidianamente experienciam da insegurança dentro dos *campi*. Conforme o G1 PI (2023, p. 1) a jovem, estudante de Jornalismo, mulher não branca, participava de uma festa promovida pelo Diretório Central do Estudantes (DCE), quando foi estuprada, morta por asfixia e, posterior a sua morte, foi novamente abusada por um discente da universidade. Outra notícia do G1 PI (2023, p.1) mostra que o julgamento do autor do crime foi adiado após um erro de encaminhamento da UFPI.

Conforme pesquisa nas instituições de ensino superior públicas do Amazonas, acerca da violência nas universidades realizada por Andrade, Martins e Medeiros (2021, p. 109), estudantes mulheres e indígenas foram o grupo que mais sofreu violência. Porém, o Amazonas não se encontra isolado na realidade brasileira: em 2018, na Universidade de Brasília (UNB), a estudante Louise Ribeiro foi assassinada por outro discente, conforme Gama e Baldissera (2022, p. 340), sendo dopada com clorofórmio injetado em sua boca no laboratório da universidade. Este cenário brutal se repete em outras partes do país.

Estes fatos causaram comoção nacional, e geram também indagações como as apresentadas neste trabalho. É, por sua vez, fruto dos estudos realizados dentro do núcleo feminista do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPeM), que desde 2022 tem promovido debates e pesquisas no campo da violência contra as mulheres nas universidades. O núcleo feminista busca apreender a condição das mulheres na sociedade patriarcal-racista-capitalista, os movimentos feministas e as lutas pela emancipação humana.

Enquanto justificativa pessoal para realização do estudo, há a aproximação da pesquisadora com a temática integrando o Programa de Iniciação Científica (PIBIC), bem como durante as vivências dentro da Universidade e na militância política do curso de Serviço Social.

O objetivo desta pesquisa foi analisar as estratégias não institucionais de enfrentamento a violência contra as mulheres na Universidade Federal de Sergipe entre 2022 e 2023, com foco na organização política das estudantes do curso de Serviço Social. Para isso, buscamos caracterizar a violência contra as mulheres inserida no contexto acadêmico, suas particularidades e relações com as estruturas de poder formada na universidade, investigar as interlocuções entre o movimento estudantil de Serviço Social e os movimentos sociais dentro da UFS frente a violência contra as mulheres no espaço acadêmico e levantar as estratégias

adotadas por discentes do curso de Serviço Social da UFS no enfrentamento à violência contra as mulheres no âmbito universitário.

A violência contra as mulheres (VCM) tem tido mais ênfase como objeto dos estudos feministas no Brasil, e mais recentemente tem se ampliado o debate acerca da violência contra as mulheres no espaço acadêmico. Ao compreender a VCM como estrutural da sociedade, entende-se também que o espaço acadêmico é um espaço de reprodução das contradições sociais e, portanto, nele também elas se agudizam.

Nesta perspectiva, mais do que compreender como essa violência acontece, este conceito busca apreender suas raízes, que estão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. Saffioti (2015) enfatiza que nesta sociedade, as mulheres são sistematicamente exploradas e oprimidas, servindo como objeto de satisfação sexual para os homens e reprodutoras de força de trabalho. O “nó”¹ citado pela autora representa a imbricação do racismo, patriarcado e capitalismo, que não pode subsistir um sistema sem os outros.

Partindo deste pressuposto, pode-se compreender que os fundamentos constitutivos da violência na sociedade de classes tomam conformes específicos, e o patriarcado se mostra aprofundado e agudizado. As expressões da questão social são aprofundadas e as sujeitas alvo da violência tem suas condições mais precarizadas. Seguindo este conceito, busca-se apreender a violência contra as mulheres na universidade, que se refere aos casos de violência que ocorrem no ambiente acadêmico ou com vínculo direto às relações de poder estabelecidas nesta. Pode ocorrer por meio do assédio moral e sexual, abuso, desqualificação científica de mulheres, perseguição, trotes, mas que nas instituições são ignoradas e acobertadas (Gama; Baldissera, 2022).

A partir disso, surgiram questionamentos acerca do tema da violência contra as mulheres na Universidade Federal de Sergipe - UFS: Como se caracteriza a violência contra a mulher no contexto acadêmico? Quais são as interlocuções entre o Serviço Social e os movimentos sociais dentro da UFS frente a violência contra as mulheres no espaço acadêmico? Quais as estratégias cotidianas adotadas por discentes para enfrentar essa problemática? Como o movimento estudantil e os coletivos em que as alunas se encontram articuladas abordam a temática da violência dentro da universidade e no curso de serviço social? Essas são questões que permeiam a temática acerca da violência contra mulheres na UFS.

¹ Ao tratar do “nó” na obra de Saffioti (2015) refere-se a relação simbiótica entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Motta (2018, p. 157) aborda que a metáfora da imagem do nó frouxo “destaca as três relações como estruturantes e permite mobilidade entre elas. Essa ideia nos parece mais do que isso, pois torna possível que na análise das relações sociais, seja nítida a diferença na desigualdade”.

O caminho teórico-metodológico utilizado foi o materialismo histórico dialético, mais especificamente na corrente dos estudos feministas marxistas, que se propõe a investigar as relações de gênero, de classe e étnico-raciais na sociedade capitalista e essencialmente desigual. A natureza da pesquisa será quanti-qualitativa utilizando-se das técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, a partir da execução de um Grupo focal.

O método materialismo histórico-dialético diferentemente dos outros métodos de pesquisas, considera os aspectos socioculturais e históricos dos fatos a serem estudados e analisados, buscando compreender seus nexos causais, por meio de aproximações sucessivas que procuram desvelar a essência escondida do objeto em questão.

Para o Serviço Social, a dimensão investigativa se mostra de exímia relevância para aprofundar-se na realidade a qual o exercício profissional se depara todos os dias. Guerra (2009, p. 16) afirma que “No âmbito das nossas competências políticas, a pesquisa permite que se apreenda a sociedade como um espaço de contradições, os interesses sociais e econômicos subjacentes aos projetos societários, partidários e profissionais”. E permite também que a profissão se aproprie cada vez mais de seu objeto de trabalho, a “questão social”.

Netto (2009, p. 32) afirma que “o profissional precisa encontrar as principais mediações que vinculam o problema específico com que se ocupa com as expressões gerais assumidas pela “questão social” no Brasil contemporâneo e com as várias políticas sociais (públicas e privadas) que se propõem a enfrentá-las”. Assim, esta pesquisa pretende somar no âmbito teórico bem como para o exercício profissional das/dos assistentes sociais que se deparam com a violência contra a mulher também nos espaços acadêmicos.

Para a fase bibliográfica, a fim de responder os objetivos de caracterizar a violência contra as mulheres inserida no contexto acadêmico, suas particularidades e relações com as estruturas de poder formada na universidade, foram utilizadas autoras como Saffioti (2015), Cisne (2018), Federicci (2017) para versar sobre mulheres e patriarcado. Acerca do debate da Universidade, utilizamos Pinto (1994), Chauí (2001) e Marcarini (2017). Para o debate da organização política do Serviço Social, foram abordadas autoras como Gama e Baldissera (2022), Cisne (2004) e Santos (2016).

Acerca das bases de dados, o caminho percorrido foi por meio do mecanismo de busca ‘Google’, o Repositório da Universidade Federal de Sergipe, por se tratar de uma pesquisa relacionada à UFS. Também as bases de dados do Banco de Dados, Teses e Dissertações – BDTD e do Repositório da CAPES, pois condensam as obras mais relevantes publicadas nos últimos anos sobre a temática da violência contra as mulheres no ensino superior no Brasil.

Foram buscados artigos, livros, teses e dissertações sobre a temática que possuem relevância nos últimos anos. Os descritores utilizados foram “violência contra as mulheres nas universidades”; “assédio nas universidades”; “violência sexual nas universidades”; “coletivos feministas nas universidades”.

Na fase documental, buscando caracterizar a violência contra as mulheres, foi realizada a coleta de dados sobre violência do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Atlas da violência, para levantar dados da violência contra as mulheres no Brasil de forma mais geral, e do Fala.Br, a fim de conhecer as denúncias registradas na ouvidoria da UFS e o perfil dos denunciante nos casos de violência contra as mulheres. E para o mapeamento de grupos e coletivos serão utilizadas fontes documentais do site da UFS, e de redes sociais como Instagram e Facebook.

Realizamos também uma pesquisa de cunho empírico por meio da execução de um grupo focal a fim de levantar as estratégias de resistência adotadas por discentes do curso de Serviço Social da UFS frente à violência contra as mulheres no âmbito universitário. Na investigação buscamos conhecer quais são as estratégias utilizadas pelas alunas para enfrentar a violência contra as mulheres na UFS, se estão organizadas coletiva ou individualmente e como lidam com essa questão no cotidiano.

O grupo focal, conforme Oliveira *et al.* (2020), se constitui como uma modalidade de entrevista, em que reúne-se uma parte da população pesquisada a fim de coletar informações importantes. O número de pessoas é estipulado e o entrevistador propõe questões para nortear o debate visando o fornecimento destas informações. A ferramenta de pesquisa foi escolhida pois possibilita a coleta dos dados da pesquisa, bem como a troca entre os participantes durante sua execução, que puderam trocar as experiências de resistências e sobre as percepções de violência, tornando-se não apenas um processo de pesquisa mas também pedagógico.

Como sujeitas do estudo, definimos enquanto critérios de participação: serem mulheres discentes da Universidade Federal de Sergipe, maiores de 18 (dezoito) anos, matriculadas no curso de Serviço Social a partir do 3º período até o 9º período, que estivessem articuladas em algum movimento ou coletivo. Pois, por se tratar de uma pesquisa desenvolvida no Departamento de Serviço Social, pretendeu-se verificar as estratégias adotadas por estas alunas. E os períodos escolhidos foram selecionados por abrangerem matrículas ativas entre os anos de 2022 e 2023, tempo que esta pesquisa se propõe a estudar.

Foi executado o grupo focal com 4 (quatro) mulheres, maiores de dezoito anos e com no máximo 59 (cinquenta e nove) anos, matriculadas no curso de Serviço Social da UFS

dentre os anos de 2022 e 2023, com pouco ou nenhum contato com a entrevistadora e que apresentaram disponibilidade voluntária para participação, mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido². O momento ocorreu com o apoio de um roteiro de questões³, e respeitando os protocolos éticos que foram assegurados durante esta pesquisa.

A resolução 446/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012) que preconiza a realização de pesquisas com humanos disserta sobre a ética na pesquisa e sobre a necessidade do livre esclarecimento dos indivíduos envolvidos na pesquisa, bem como a segurança do sigilo e do suporte em caso de complicações que possam ocorrer durante o decorrer da pesquisa. Outrossim, reitera-se o compromisso com a não exposição dos nomes das participantes da pesquisa neste texto, optamos por utilizar nomenclaturas dadas a plantas.

Neste sentido, os capítulos estão estruturados, sendo o primeiro abordando categorias fundamentais para nortear a execução desta presente pesquisa, a se citar: patriarcado, racismo, violência contra as mulheres e feminismo, com foco na contextualização do patriarcado, os diferentes conceitos feministas sobre esta categoria e a violência enquanto estruturante das relações sociais. E a organização feminista no Brasil no enfrentamento a violência contra as mulheres.

No segundo capítulo foi abordada a criação das Universidades no Brasil enquanto espaço privilegiado, excludente, hierarquizado e não pensado para inclusão. Abordam-se os fundamentos teóricos que orientam a análise da violência contra as mulheres nas universidades, casos emblemáticos e dados estatísticos. Também, a apresentação e análise dos relatos coletados durante o grupo focal sobre as violências experienciadas e as percepções acerca deste fenômeno na UFS.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta as resistências de coletivos e movimentos estudantis no enfrentamento a VCM nas universidades e a organização política do Serviço Social no enfrentamento a violência contra as mulheres. Foram feitas correlações sobre a herança conservadora da profissão, a reconceituação e a aproximação do Serviço Social na luta pelos direitos das mulheres bem como interlocuções com o movimento feminista. Também, foram explanados os resultados do grupo focal sobre a atuação nos movimentos e coletivos dentro da UFS e as ações voltadas para o combate e enfrentamento da VCM no campus.

Esperamos que esta pesquisa possa contribuir no debate da violência contra as mulheres na universidade dentro do Serviço Social, bem como, para pensar a condição das

² Termo de Consentimento Livre e Esclarecido disponível no apêndice B deste trabalho.

³ Roteiro de grupo com as perguntas norteadoras disponível no apêndice A deste trabalho.

mulheres na sociedade e dentro dos cursos de Serviço Social. Também é esperado que haja possibilidade de continuidade desta investigação sobre violência contra as mulheres a nível de dissertação.

1 VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: FUNDAMENTOS PARA O DEBATE

[...] eu sei os perigos que me aguardam no caminho. As pessoas, os homens, normalmente, aqui dentro, temem roubo, temem assalto, e a gente que é mulher, a gente sabe que a gente tem muito mais a perder (Bromélia, 2024).

Ao versar sobre o que “a gente tem muito mais a perder”, este capítulo inicial demonstra como o sistema que é heteropatriarcal-racista-capitalista se configura e se imbrica durante a história da humanidade, tendo as mulheres como um alvo importante, seja na reprodução, na produção, ou na manutenção da população marginal.

No capitalismo é necessário haver mão de obra sobrando, marginalizada, sem acesso a direitos e ideologicamente manipuladas para não contestar as premissas estabelecidas, de submissão eterna, valorização do poder do macho e controle dos corpos em favor do capital.

Neste capítulo abordamos o surgimento do patriarcado, os diferentes conceitos feministas sobre esta categoria e a violência enquanto estruturante das relações sociais, com foco na violência e suas expressões. Destacamos ainda os dados coletados mais recentes sobre a violência contra as mulheres no Brasil, sua persistência, as correlações com o ultraliberalismo no Brasil e no mundo. Também, o arrefecimento da violência contra as mulheres, pessoas LGBTQ+, o conservadorismo evangélico no Brasil e os impactos nos rumos políticos do país na atualidade. E por fim, traz-se a organização do movimento feminista no Brasil e a trajetória da luta pelo enfrentamento a violência contra as mulheres.

1.1 A imbricação do patriarcado-racismo-capitalismo e a violência estrutural

Os primeiros agrupamentos humanos, do que se tem conhecimento, diferiam significativamente do que encontramos na realidade hodierna ocidental. O salto ontológico do ser social possibilitou grandes avanços para as sociedades primitivas, nas formas de organização e de contato com a natureza, que aqui compreendemos enquanto trabalho.

Engels (2006) argumenta que o trabalho é fundante do ser social. Foi em torno deste que o homem genérico se desenvolveu, saltando para o ser social. A partir do trabalho, as relações sociais se solidificam, desenvolve-se a linguagem, e o homem sai de seu estágio mais primitivo. Os autores marxistas apontam que, juntamente com a afirmação da centralidade do trabalho, existe a diferenciação do trabalho como fundamento ontológico, ou seja, a troca do homem com a natureza em suas interpretações mais clássicas, e o trabalho explorado que se

conhece no capitalismo. E não apenas dentro da estrutura capitalista, mas também nas fases anteriores, em que o homem passa a explorar sua própria espécie.

Netto e Braz (2011) argumentam que, a partir do surgimento do excedente econômico, torna-se viável a exploração, pois os senhores poderiam extrair um sobreproduto dos seus escravos. As divisões de papéis na esfera da produção se constituem, mas os autores ressaltam que, antes do aparecimento do excedente econômico, “[...] na comunidade primitiva diferenciaram-se as atividades de homens e mulheres – a divisão sexual é a primeira forma da repartição do trabalho” (Netto, Braz, 2011, p. 34).

Assim como outras opressões, o patriarcado possui uma demarcação histórica para seu surgimento e sua consolidação enquanto sistema de dominação-exploração. Por isso, afirmamos que as coisas nem sempre foram como hoje. Conformações prévias ao patriarcado são realidades de suma importância para este debate.

Pouco se estuda e se conhece sobre a história pré-escravidão do continente africano e suas nuances, o qual é berço da humanidade. Assim como não se conhece também a história prévia do Brasil. Autores já defendem a existência de um sistema matriarcal que regia a cultura compartilhada por diversas sociedades africanas. Para ilustrar esse fato, analisar-se-á um *itã*⁴ da divindade iorubá Iemanjá, muito diferente de qualquer ideia de divindade encontrada no cristianismo ocidental:

Diante da casa da senhora dos barcos brota a prosperidade; no quintal da senhora dos barcos brotam pérolas; Iemanjá de seios fartos, somos os filhos das águas [...] Nesse mito, Iemanjá personifica a Deusa Original, o Feminino Absoluto de onde todas as coisas nascem, inclusive os Orixás (Parizi, 2020, p. 122).

Ela é mãe da humanidade, tudo nasce dela, inclusive as outras divindades, chamadas Orixás. A exaltação do feminino era comum, a mulher como símbolo de fertilidade e bonança tinha sua devida importância. Na relação entre divindades, a cultura Iorubá admite a mesma importância e adoração às Orixás femininas e aos Orixás masculinos. Para Oyëwùmí (2021, p. 146) “a religião era e é parte do tecido cultural” na cultura Iorubá.

Sua principal fundamentação é de que a sociedade iorubá não se conformava de forma hierarquizada, conforme ditam as regras patriarcais até a data de sua invasão pelos colonizadores brancos ocidentais. Para além da violência física da escravização, também foram capazes de penetrar a cultura e destruir os parâmetros de equiparidade. Antes da conformação atual da sociedade, eram outras as conformações sociais, mas, em dado

⁴ Itãs são os contos mitológicos transmitidos pela oralidade relacionados às histórias de vida das divindades, orixás, da cultura iorubá, cultuados pelas religiões de matrizes africanas brasileiras, Candomblé e Umbanda.

momento histórico, o patriarcado surge, e, com o tempo, reduziu e tentou apagar a origem matriarcal da humanidade.

Esta nova forma de dominação-opressão surge para descaracterizar a ideia centralizada na figura materna da mulher. A natalidade relacionada ao ser feminino trazia a ideia da mística por trás da figura da mulher, que era tida como central e de suma importância para a vida. A cultura iorubá exaltava a figura de Iemanjá, que é a grande mãe do mundo e de todos. Ela é mãe dos orixás e, conseqüentemente, de todos os seus filhos. O patriarcado, a exploração da mulher antes da exploração do homem pelo homem, destrói qualquer possibilidade de pensar que Deus pode ser uma mulher.

O mito grego de Medusa demonstra o pensamento ocidental e patriarcal que exala violência contra o feminino. Neste mito, Medusa é punida pela deusa Atena após rejeitar Poseidon e ser estuprada por ele. O uso da violência se justifica e culpabiliza a mulher por “seduzir” o homem. Gomes (2019, p. 78) afirma que

Medusa, consciente de suas responsabilidades para com a deusa de sua devoção, nunca se deixou levar pelas investidas que recebia, porém, sua convicção não foi o suficiente para livrá-la do que viria a lhe ocorrer. Poseidon, o deus dos mares, irmão de Zeus, foi tomado de um desejo ardente pela sacerdotisa, que o rejeitou. Enfurecido, o deus dos mares invadiu o templo quando ela estava sozinha no mesmo e a estupro.

Como colocado por Millet (2000), os mitos de uma sociedade se tornam parâmetros éticos do que é certo ou errado e tornam-se espelhos para a conformação social de um determinado grupo. Também, pode-se encontrar na Bíblia Sagrada (2011), que conformou o pensamento ocidental, o mito da criação do mundo traz a figura da mulher como a causadora de todos os males. É por causa dela que o homem peca e destrói o curso da humanidade. Além disso, foi retirada da costela do marido, não sendo vista como algo em si, mas para o marido.

Em outro mito bíblico, anjos descem à Terra procurando um dos homens patriarcas para estuprar, e este oferece suas filhas para serem estupradas. Embora se ache que são apenas mitologias sem grande impacto na sociedade, essas são formas de reproduzir o pensamento de uma sociedade e também de educar uma sociedade sobre o que é certo e errado para esta civilização. Sabe-se que este ideário propagado por um pequeno grupo torna-se amplificado, seja pela expansão do Império Romano, que espalhou a cultura e os costumes greco-romanos, bem como a Igreja e o Cristianismo, que se encarregaram de propagar conjuntamente com a “mensagem de salvação” os costumes cristãos e patriarcais, de submissão da mulher e superioridade do homem.

Hodiernamente, no século XXI, não é raro observar um movimento antifeminista que defende a subordinação da mulher pelo homem, o aprisionamento “voluntário” da mulher no âmbito doméstico, e que tem sua fundamentação nas passagens da Bíblia Sagrada (2011). A família imaculada tem o papel sublime de produzir e reproduzir costumes e ditar o que se apreende por certo e errado. Max Weber (2009), um importante autor da sociologia, compreende a família enquanto instituição social primária, que se encarrega de impregnar os valores de um grupo social, se espraiando em toda a sociedade em questão.

A violência contra as mulheres se naturaliza numa sociedade patriarcal a partir do momento em que os grandes exemplos dentro da cultura, reproduzidos no modelo familiar ideal, se pautam nessa violência que inferioriza a figura da mulher e torna casos de estupros, abusos e humilhações um cotidiano normal. Contudo, ressalta-se que as transformações societárias não se dão de um dia para o outro, mas são, sim, processos históricos que levam tempo para se consolidar. Bem como ressaltamos que o capitalismo, em seu surgimento, se apropria de contradições anteriores a si, e estas possuem novas conformações e agravamento quando coexistentes com o patriarcado.

Saffioti (2000) reitera que, aproximadamente, há 7.000 anos, o esquema de dominação-exploração foi implantado, quando, nas sociedades de caça, os homens inferiorizaram as mulheres dentro das relações estabelecidas. Afirma também que o patriarcado se fundiu com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, formando as três contradições fundamentais da sociedade.

O conceito de Patriarcado não é um consenso entre as feministas que se dispuseram a estudar esta temática. Durante o percurso histórico, houve diferentes posicionamentos acerca de sua origem, como funciona e se ainda é vigente na sociedade moderna ou não. Nesta seção, abordaremos um pouco dos debates que ocorreram acerca do conceito em questão.

Pateman (1993) tece uma crítica à teoria do Contrato Social para explicar sua conceituação acerca do que é o Patriarcado. Esta defende que esta ideia de contrato original forma uma sociedade civil que é patriarcal, e seus contratos também. De modo que as mulheres estão inseridas de certa maneira nesta sociedade civil, mas também excluídas, por exemplo, da vida pública e política. A autora enfatiza que o contrato sexual não está restrito à esfera privada da vida, mas também de todos os âmbitos desta sociedade.

Um debate também levantado por esta autora é sobre a utilização do termo Patriarcado como referente à um estágio anterior à sociedade hodierna, e ela defende que a visão de que a sociedade moderna é pós patriarcal está baseado nas leituras tradicionais de Locke e reduz o conceito a explicar as primeiras formas familiares. Pateman (1993) defende a tese de que o

patriarcado como se conhece tem sua origem na sociedade moderna, por meio do contrato sexual de dominação, por meio do exercício do poder sobre as mulheres.

Millet (1974) é uma das primeiras autoras que aborda o Patriarcado como uma estrutura e se refere à sociedade como “sociedade patriarcal”. Ela defende que a ideia de se naturalizar a estrutura de dominação das mulheres pelos homens não passa de um posicionamento político utilizado para a manutenção de privilégios. Historicamente, grupos dominantes utilizaram o discurso de que seus privilégios eram naturais para dominar e explorar grupos subalternizados.

Esta concepção coaduna com o autor Mill (apud. Millet, 1974), que localiza o lar como um local de escravização doméstica. Ressalta que os escravos no contexto dos romanos possuíam mais direitos que as mulheres, as quais, por sua vez, não podiam se defender dos mais diversos tipos de violência sexual, sendo o marido juridicamente proprietário delas, incluindo seus corpos.

Walby (1990) demarca que “o Estado é patriarcal tanto quanto tem sido capitalista e racista” (1990, p. 21, tradução nossa) e coloca também que o patriarcado está distribuído em diferentes níveis na sociedade. Para esta autora, “a família é convencionalmente considerada o centro da vida da mulher e a determinação para as desigualdades de gênero” (1990, p. 61, tradução nossa). A cultura vigente é uma cultura patriarcal que impregna os modos de se relacionar que oprimem as mulheres.

Hooks (2020, p. 64) acerca do patriarcado faz questão de ressaltar que as discussões iniciais levantadas por feministas brancas não avançaram suficientemente para compreender a divisão racial e sexual das relações. A autora afirma que o poder patriarcal não é um poder exclusivo de homens brancos de classe média ou alta. Homens de classes subalternas e homens não brancos são tão opressores quanto os primeiros. Desta forma podemos perceber que não apenas o racismo atua como estrutura opressora, mas o sexismo também está presente em pessoas racializadas, e mulheres racializadas se encontram em posição ainda mais inferiorizada. Ainda que homens negros sejam oprimidos pela estrutura racista, estes ainda podem agir de forma opressora em relação às mulheres.

Oliveira (Bachofen apud Oliveira, p. 320) traz o conceito de Bachofen, que afirma que “a paternidade era desconhecida nos grupos com menor complexidade socioeconômica, e isto colocava as mulheres em uma situação de poder dentro desses grupos”. No início do desenvolvimento humano, a única certeza de vínculo possível era a materna, pois a paterna era questionável. Bachofen continua também afirmando que existiu um estágio do

matriarcado, no qual se estabelece a monogamia e a mulher passa a dominar a família e o Estado (Bachofen apud Oliveira, p. 320).

Gerda Lerner (2019) demonstra os contrapontos para a resposta do surgimento do patriarcado no livro *A Criação do Patriarcado*. No pensamento da autora, os tradicionalistas sustentam a visão de que a submissão da mulher é natural, utilizando também a visão religiosa de que Deus criou a mulher para ser submissa.

A explicação tradicionalista concentra-se na capacidade reprodutiva feminina e vê a maternidade como a maior meta na vida das mulheres, definindo, assim, como desviantes mulheres que não se tornam mães. Considera-se a função materna uma necessidade da espécie, uma vez que as sociedades não teriam conseguido chegar à modernidade sem que a maioria das mulheres dedicasse quase toda a vida adulta a ter e criar filhos. Assim, vê-se a divisão sexual do trabalho com base em diferenças biológicas como justa e funcional (Lerner, 2019, p. 39).

Ela expõe também que as feministas, inicialmente, defendiam a busca de um matriarcado que teria ocorrido no período pré-histórico. Mas demonstra que as evidências científicas “mostraram-se não de “matriarcado”, mas de matrilocidade e matrilinearidade. Ao contrário do que se acreditava antes, não é possível demonstrar uma conexão entre as estruturas de parentesco e a posição social da mulher” (Lerner, 2019, p. 56).

Confere-se aqui a importância dos debates levantados historicamente acerca do conceito de Patriarcado, e demarcamos a consonância com a teoria feminista marxista, que aponta o nó entre patriarcado, racismo e capitalismo como estruturas de opressão e dominação que atuam consubstanciadas na sociedade. Silvia Federici (2017) aponta este percurso histórico que demarca as opressões de classe, raça/etnia e gênero.

Federici (2017) disserta que a servidão surge na Europa entre os séculos V e VI, de modo que a escravidão, o modelo anteriormente mantido, nunca acabou, mas as relações se conformam de outra maneira. Sobre a situação das mulheres, afirma também que embora as servas desempenhassem as tarefas familiares, estas eram coletivizadas e uma forma de resistência à ideologia cristã de submissão feminina. Ela enfatiza que “Nas cidades medievais, as mulheres trabalhavam como ferreiras, açougueiras, padeiras, candeiras, chapeleiras, cervejeiras, cardadeiras de lã e comerciantes” (Federici, 2017, p. 64). Logo, outras atividades também eram desempenhadas pelas mulheres. E, como dito anteriormente, os padrões morais e sociais se empenharam em reafirmar a submissão feminina e, principalmente, o controle sexual das mulheres.

Contudo, percebe-se que “As coisas, no entanto, mudaram drasticamente logo que o controle das mulheres sobre a reprodução começou a ser percebido como uma ameaça à

estabilidade econômica e social” (Federici, 2017, p. 85) afirma também que “o clero reconheceu o poder que o desejo sexual conferia às mulheres sobre os homens e tentou persistentemente exorcizá-lo, identificando o sagrado com a prática de evitar as mulheres e o sexo”. Federici (2017) traz também que, em resposta ao modelo falido da Idade Média, por meio da violência, escravidão, roubo e assassinato as bases capitalistas foram estabelecidas como modo de produção vigente. E aqui chegamos em nosso ponto chave: a violência. Esta produz e reproduz o capitalismo; é o cerne da exploração necessária para a manutenção deste modo de produção e sociabilidade. Barroso (2018b, p. 457) disserta que

De forma contrária à comum dicotomia entre patriarcado e a classe, o esforço aqui é o de empreender um conteúdo histórico particular ao patriarcado, o qual implica a legitimação e a organização das relações sociais capitalistas que subalternizam duplamente o trabalho (e a posição social em geral) da mulher, seja pela apropriação do trabalho reprodutivo — o capital destruiu as relações de produção baseadas na unidade familiar, mas não dispensou a família como unidade primordial na execução de uma série das formas de trabalho essenciais para a reprodução da força de trabalho —, que rebaixa o custo da força de trabalho em geral, permitindo ao capital remunerá-la com um salário inferior (ou não salário) ao que seria necessário à sua reprodução.

Cisne (2014, p. 69) aponta também que o patriarcado se constitui enquanto modelo incontestável de valores, e a família se utiliza da ideologia de “lugar de aconchego e paz” para mascarar as mais diversas violências contra as mulheres. Cita as violências intrafamiliares, contra crianças e mulheres, incluindo violências físicas, psicológicas, morais e sexuais. A família perpassa por uma idealização e as violências são menosprezadas e encobertas pela ideia de família sublime.

No Brasil, os estupro sistemáticos das mulheres conformam a sociedade que hoje temos. O projeto de branqueamento da sociedade se utilizou da violência sexual para imprimir a tentativa de extinção da população não branca. Ressaltamos aqui como a imbricação entre classe, gênero e raça são essenciais para compreender as opressões que conformam a sociedade brasileira, pois a mulher, desde o princípio da exploração, tem papel importante na manutenção da ordem. Para Almeida (2020), o racismo é estrutural, portanto não se resume a ações individuais, mas sim a uma dimensão do poder que constitui as relações raciais. Esta estrutura perpassa as relações sociais, as instituições, a política, a economia e se espraia pelas dimensões da vida social, produtiva e reprodutiva.

Carneiro (2011) demonstra em sua obra que, na cena contemporânea, o racismo atua também visando à manutenção do privilégio racial, seja por meio da mídia burguesa, seja por outros setores da cultura, que são racistas e incutem seu ideário na sociedade brasileira. As

disparidades entre brancos e não brancos pouco se alteraram desde o fim do sistema de escravidão, e as conquistas políticas empreendidas pelo movimento negro são combatidas pelo conservadorismo ultraneoliberal no país.

Saffioti (1976) ressalta que, enquanto se inicia o processo de colonização no Brasil, os outros países em estágio mais avançado do capitalismo já se desligavam da fase agrícola. O Brasil se constitui como exportador de matérias-primas, sempre com uma economia dependente. Além disso, a extensão do período vigente do sistema escravagista impactou a transição para o sistema de venda da força de trabalho. A autora reitera que, com a escravidão, não se pode ter o verdadeiro capitalismo, pois não há venda da força de trabalho.

Para Sousa, Tardivo e Haack (2021, p. 56), “Enquanto trabalhadoras escravizadas, estas mulheres passaram pela exploração produtiva e reprodutiva de seus corpos e força de trabalho.” As autoras chamam de “*partus sequitur ventrem*” o princípio responsável por manter a estrutura escravocrata, pois estabelecia que os nascidos de mulheres escravizadas também eram escravizados desde o nascimento. As mulheres escravizadas desempenharam, segundo Sousa, Tardivo e Haack (2021, p. 56), “mais diversas funções, no meio rural e urbano, em atividades domésticas e agrícolas, na labuta diária em pequenas, médias e grandes propriedades”. Essas atividades eram desempenhadas mesmo na condição de gravidez, sendo submetidas aos mais variados tipos de abusos físicos.

Além disso, as mulheres escravizadas desempenharam o papel único de reprodução da mão de obra viva, em que seus filhos eram mercadorias. A partir da proibição do tráfico negreiro, novas formas de manutenção do sistema escravista foram implementadas, e, dentre elas, o incentivo forçado à reprodução dos escravizados. O tráfico interno de escravos superou o fluxo atlântico do tráfico negreiro, e isso foi forçosamente incentivado por meio da reprodução social e biológica desta mão de obra escrava.

Lise Vogel (2022, p. 310) acentua ainda que o trabalho reprodutivo das mulheres é indeclinável para a manutenção da estrutura capitalista. Para ela, “a opressão às mulheres nas sociedades de classe está enraizada na sua posição diferencial em relação aos processos de reposição geracional”. Uma vez que as mulheres estão envolvidas diretamente nos processos que renovam a mão de obra, seja pela reprodução biológica, pelas tarefas do trabalho doméstico, pelo cuidado de crianças, idosos, entre outros aspectos. Sem a exploração das mulheres nos lares, não seria possível a exploração dos homens na esfera da produção.

As mulheres negras, assim, foram produtoras e reprodutoras da riqueza escravista. Todas as crianças nascidas de suas mães escravizadas eram também escravizadas, e isso aumentava a propriedade humana dos senhores. Neste contexto, as mulheres estavam

vulneráveis a todo tipo de violência sexual dos senhores de escravo, homens desconhecidos ou companheiros de cativo, assim como a consumação de casamentos forçados (Sousa; Tardivo; Haack, 2021, p. 63-64).

Gonzalez (2020, p. 46) reitera também que “Foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância.” E esse papel desempenhado no âmbito doméstico foi uma das funções que se ligavam ao papel de mulher vinculado ao cuidado, mas também denota a relação de trabalho escravizado, advindo de uma exploração diferente em detrimento das senhoras brancas privilegiadas socialmente.

Graça Filho, Capelato e Prado (2004, p. 79) apontam que, dentro do Império, ocorreu um intenso processo de urbanização e expansão da manufatura e, posteriormente, da indústria no país. Eles afirmam que “A mão-de-obra ocupada nos teares e rodas de fiar em Minas era majoritariamente feminina, e a produção se destinava ao comércio ou consumo domiciliar e à troca por outras mercadorias”.

Diante disso, pode-se perceber as disparidades que ocorreram historicamente em relação ao lugar social das mulheres negras, que sofrem as refrações do patriarcado, racismo e desigualdade entre classes. O que é chamado por González (2020) de *massa marginal* denota o projeto de país que exclui as pessoas negras da cadeia de consumo e dos espaços de poder. Pois, após a decadência do modelo escravocrata, a população negra, que não possuía terras nem encontrava trabalho no novo modo industrial de produção, vive à margem da sociedade. Nesse contexto, as relações sociais impactam diretamente nas relações econômicas, e a posição social de determinado ator social histórico determina também suas condições de trabalho, consumo e acesso a bens e serviços.

Saffioti (1976, p. 157) afirma que “tanto a força de trabalho escrava quanto a força de trabalho livre são apenas parcialmente remuneradas, criando, portanto, ambas um sobretrabalho que constitui a fonte de mais-valia que, por sua vez, é o segredo da acumulação capitalista”. Dessa forma, embora movido pelo sistema escravista, o Brasil se conforma parcialmente capitalista, pois visava o lucro por meio da venda de pessoas escravizadas.

Para Almeida (2020, p. 114):

Para entender as classes em seu sentido material, portanto, é preciso, antes de tudo, olhar para a situação real das minorias. A situação das mulheres negras exemplifica isso: recebem os mais baixos salários, são empurradas para os “trabalhos improdutivos” – aqueles que não produzem mais-valia, mas que são essenciais. Por exemplo, as babás e empregadas domésticas, em geral negras que, vestidas de branco, criam os herdeiros do capital. –, são diariamente vítimas de assédio moral, da violência doméstica e do abandono, recebem o pior tratamento nos sistemas

“universais” de saúde e suportam, proporcionalmente, a mais pesada tributação. A descrição e o enquadramento estrutural desta situação revelam o movimento real da divisão de classes e dos mecanismos institucionais do capitalismo.

O patriarcado e o racismo atuam conjuntamente com a dimensão de classe, desfavorecendo principalmente as mulheres negras, que demonstram as marcas de um passado de escravidão, mas também compõem a atualidade bárbara da necropolítica⁵, que é a estruturação sistemática do Estado que age como máquina de morte para os corpos pretos, enquanto política institucionalizada.

Este movimento dialético da realidade empurra as mulheres para os mais diversos níveis de subalternidade e invisibilidade na sociedade, e a violência, de maneira brutal, não deixa que nenhuma escape. A violência se mostra central na sociedade que é heteropatriarcal, racista e capitalista; é esta que conforma o cotidiano, nas suas microrrelações e macrorrelações. No próximo tópico, abordaremos os conceitos da violência contra as mulheres e seus indicativos.

1.2 A realidade não é nem um pouco cor de rosa: Violência contra as mulheres e seu retrato no Brasil

Dentro de uma sociedade patriarcal-racista-capitalista, podemos apreender que este contexto denota “[...] a inquestionável centralidade da violência como mediadora das relações sociais na contemporaneidade” (Barroso, 2018a, p. 114). No entendimento de Barroso (2018a), a violência contra as mulheres é estrutural, ou seja, está enraizada e espalhada em todos os âmbitos da sociedade.

Da mesma forma, está incutida, ocultada e velada nas relações sociais, institucionais e políticas. Seguindo a lógica da autora, o patriarcado é o fundamento essencial da violência contra as mulheres, e esta é a mediação das relações sociais (Barroso, 2018a, p. 122). Aqui, coadunamos no sentido de compreender que essa violência é incentivada e gerada socialmente, não advém de um espectro do homem como ser violento por natureza.

A família, como instituição social primária, a mídia como propagadora e formadora de consciência, as instituições, os filmes, os comerciais de TV, as músicas, em falas de pessoas influentes na sociedade — a violência pode ser encontrada em diversos espectros e de

⁵ Mbembe (2018) traz o conceito de necropolítica a partir de um diálogo com o autor Foucault, apontando para o poder sendo expresso por meio do uso da violência sistemática para eliminação dos corpos e das vidas, uma política que possui por intuito promover a morte.

diferentes maneiras. A construção social do homem se dá em torno da ênfase da superioridade da figura masculina, que precisa utilizar de violência para se expressar, para se impor, demonstrar coragem e firmeza; a violência contra as mulheres é parte constituinte da masculinidade pregada pela sociedade.

Os dados estatísticos não são promissores acerca da iminência da condição desfavorável das mulheres no Brasil. O Atlas da Violência (2023, p. 42) traz o resultado de que “entre 2011 e 2021, mais de 49 mil mulheres foram assassinadas no Brasil”. E, apenas em 2015, o aparato jurídico da Lei do Feminicídio surge para qualificar a tramitação dos julgamentos dos homicídios decorrentes da situação enquanto mulher.

Também, a publicação ressalta que “Em 2021, 2.601 mulheres negras foram vítimas de homicídio no Brasil. Isso representou 67,4% do total de mulheres assassinadas naquele ano”. O racismo aliado ao patriarcado e ao capitalismo intensifica as condições subalternas de vida da população preta, em especial mulheres e meninas pretas e pardas, que, enquanto mulheres e pessoas racializadas, experimentam as diversas formas de violência.

A violência doméstica e familiar é tipificada conforme a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), mas também pode ser encontrada nos mais diversos locais e espaços de sociabilidade. Em locais públicos, a violência urbana se imbrica com o fator de sexo/gênero, que faz com que tenhamos não apenas roubos, balas perdidas, homicídios, mas também estupros, mortes violentas, entre outros.

Dentro dos espaços de trabalho, é comum encontrar assédio moral e sexual, desqualificação, humilhações, ofensas. Para Diniz (2014, p. 227), “o assédio moral se caracteriza pelo abuso de poder de forma repetida e sistematizada”, e complementa também que a violência sexista se utiliza de humilhações, perseguições e ameaças. E, no caso do assédio sexual, para a autora, “tem a finalidade de dominar a vítima sexualmente, reforçando a dimensão de poder que perpassa as relações desiguais de gênero presentes na sociedade” (Diniz, 2014, p. 242). Portanto, pode-se observar os diversos obstáculos que permeiam a vivência das mulheres nos espaços de trabalho, mas não apenas neles.

Em outros espaços, como nas igrejas, existe o incentivo à permanência da convivência com os agressores, bem como do pecado contido no ato de denunciar. Dentro das instituições públicas, a violência obstétrica, as ofensas e humilhações, a negação de concessão de direitos e benefícios pela ala conservadora que opera nas políticas públicas também.

Uma pesquisa realizada pelo Datafolha e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Bueno *et al.*, 2023) aponta que os índices de violência contra a mulher de 2021 a 2023 aumentaram drasticamente. A taxa de espancamento ou tentativa de estrangulamento saiu de

2,1% para 5,4% entre esse período. Os casos de perseguição ou amedrontamento saíram de 7,9% para 13,5%, de batida, empurrão ou chute saíram de 6,3% para 11,6% e ameaça com faca ou arma de fogo de 3,1% para 5,1%.

Para os casos de violência doméstica e familiar, as mulheres negras apresentam 56% dos casos e as brancas 45%. Demonstram também que, em 2017, o ambiente escolar/universitário apresentava 3,1% em relação ao local em que aconteceu a violência mais grave contra as mulheres que participaram da pesquisa. Até 2021, os cônjuges e companheiros eram os principais autores da violência, e a partir de 2021, esse índice se inverte, e os principais autores passam a ser ex-companheiros (Bueno *et al.*, 2023).

Vale ressaltar aqui uma análise conjuntural que situa a ocasião em que esses dados são coletados e o contexto político em questão. No período do governo Bolsonaro (2018-2022), houve uma desestruturação dos ministérios que atuavam nas políticas para mulheres. Também, os dados do FBSP (Bueno *et al.*, 2023) estimam que o número de denúncias não demonstra os reais casos de violência que existem.

Em uma pesquisa realizada por Ferraz *et al.* (2019, p. 406) na região metropolitana de Vitória, Espírito Santo, foram noticiados 287 casos de VCM em locais públicos, sendo estes danos ao patrimônio (56,09%); violência física (29,26%); violência sexual (9,75%); violência psicológica (4,87%). Sendo que 7,13% resultaram em crimes fatais. A maioria foi praticada por homens desconhecidos, mas também por companheiros ou ex-companheiros.

A ofensiva neoliberal, o neofascismo⁶ crescente na sociedade, o conservadorismo e o fundamentalismo religioso acentuam a posição subjugada da mulher, que deve ser submissa, que não deve se separar pois é um pecado, que não pode ter sua liberdade sexual, financeira, social. O governo Bolsonaro foi um agente impulsionador dessa visão no Brasil. Para Collins (2021, p. 204)

Normalmente, a filosofia do populismo de extrema direita afirma representar os interesses de um segmento que representa “o povo” e se sente excluído ou preterido nas políticas sociais. Ela identifica esse grupo como as cidadãs e os cidadãos mais desejáveis, legítimos e patriotas; acusa os “outros” de se aproveitarem indevidamente do grupo eleito e do Estado-nação. Em geral esses “outros” compreendem grupos raciais/étnicos, minorias sexuais, migrantes sem documentos, pobres, mulheres e crianças.

⁶ Para o professor Boito Jr (2019), o conceito de neofacismo surge a partir da compreensão de que o facismo, uma forma de governo capitalista, pode sim ser repetido após sua queda no século XX, distanciando de outras interpretações que consideram que o facismo seria irrepetível. O autor também complementa que é um movimento essencialmente conservador, que no Brasil elege a esquerda como inimigo central, incentiva o culto à violência, apresenta o nacionalismo autoritário, bem como a politização do sexismo e racismo.

A autora continua dissertando sobre como a extrema direita e seus líderes populistas, com discursos violentos e agressivos, conseguem angariar o apoio de milhares de pessoas em todo o mundo. Esse fenômeno não se limita aos Estados Unidos ou ao Brasil, mas está presente de forma global.

Gago (2020, p. 114) aponta que, em meio às crises do capital, às demissões em massa e à substituição do "trabalho vivo" pelo "trabalho morto", ocorre também a desestruturação da figura masculina. Tal desestruturação impacta diretamente no aumento das violências contra as mulheres, que são vistas como inimigas na disputa por postos de trabalho. Gago (2020) ainda destaca que

[...] o declive da figura do provedor fazem com que, por um lado, essa desestruturação masculina se amplifique e acelere pela politização das tarefas reprodutivas que se desconfinam do lar, transbordando-se para um terreno social ampliado e alcançando um prestígio social que acaba se encarnando em lideranças feminizadas; por outro lado, ao entrar em crise, a autoridade masculina como estruturadora de relações de subordinação passa a recorrer a formas de violência “desmedidas” especialmente dentro do lar (Gago, 2020, p. 114).

Na Europa, observa-se o ressurgimento do antissemitismo e a ênfase nas diferenças religiosas e étnicas (Collins, 2021). Nos Estados Unidos, destacam-se as políticas contrárias aos imigrantes latinos e àqueles provenientes de países considerados "subdesenvolvidos". No Brasil, evidencia-se o extremismo religioso dirigido contra pessoas LGBTQIAPN+, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas negras e indígenas. A disseminação desse tipo de ideário reflete nos índices de violência e na precarização do sistema de políticas públicas voltadas para as mulheres.

A revista *Veja* divulgou, em 2024, que o país passa por uma transição religiosa, com o crescimento do número de adeptos das denominações evangélicas e pentecostais. Panho (2024, p. 1) afirma que “Em 1940, eles eram apenas 2,7% da população passaram a 22,2% em 2020 e a estimativa é que no recenseamento de 2022, cujo detalhamento por religião ainda não foi divulgado, já estejam em torno de 30%”.

A matéria também traz a correlação entre religião, ideologia e política. Pautas acerca do aborto, casamento entre pessoas LGBTQIAPN+ entre outras são apontadas enquanto temáticas abordadas pelos líderes religiosos evangélicos. Panho (2024) afirma que pautas morais estão cada vez mais presentes nos púlpitos. Além disso, observa-se o avanço da extrema direita e do conservadorismo neofascista tanto no Congresso quanto nos bancos das igrejas.

Sousa e Santos (2023, p. 25) afirmam que

A partir de 2016, os traços amesquinçados e antipopulares da nossa burguesia passaram a se expressar na disputa reacionária do debate público como reforço ideológico para fazer avançar o projeto do capital em nosso país. Um projeto de degradação da nossa biodiversidade, e, dos povos originários, de reforço das relações de subalternidade, do machismo, sexismo, do racismo, de práticas LGBTIfóbicas, de negação das expressões da diversidade humana e de aniquilamentos dos direitos e conquistas da classe trabalhadora. Um projeto que aprofunda o dilaceramento cotidiano na carne de homens e mulheres por meio da violência, do ódio, e, da negação dos direitos e do acesso a prestação de serviços de qualidade.

Retomamos Barroso (2022), que aponta a violência como elemento central nas relações desenvolvidas no sistema de produção capitalista. Essa violência manifesta-se tanto no nível da consciência individual quanto nas instituições e no próprio sistema de produção que explora. Nos relacionamentos interpessoais, ela atravessa toda a "experiência capitalista" em suas diferentes fases. As crises que reordenam o sistema também utilizam a violência como ferramenta de sustentação.

A partir do questionamento dessa violência e dos processos intrínsecos ao capitalismo, diversos movimentos sociais se organizaram ao longo do século XIX. Entre eles, destaca-se o feminismo, que passou a questionar o papel da mulher nessa sociedade. No próximo tópico, exploraremos o movimento feminista no Brasil, analisando seus avanços e desafios na luta contra a violência direcionada às mulheres.

1.3 A resistência feminista no Brasil e o enfrentamento a violência contra as mulheres

O patriarcado, desde sua constituição, promoveu e ainda promove uma vivência marcada pela violência para as mulheres. Historicamente, grupos e mulheres individualmente se levantaram contra esse sistema, subvertendo a ordem estabelecida. Na Idade Média, destacam-se as bruxas, que, detentoras de vastos conhecimentos sobre magia e medicinas naturais, foram perseguidas e mortas pela Igreja Católica. Elas carregavam o grande estigma de ser mulher em uma sociedade patriarcal e violenta.

No contexto da religião no Brasil, Marcussi (2018) relata a história de Luzia Pinta, uma mulher negra escravizada que atuava como curandeira e realizava consultas mediúnicas incorporando ancestrais. Luzia foi morta após ser levada a Portugal, onde foi executada pela

Inquisição. Na Umbanda, a figura das Pomba-Giras representa um símbolo ancestral de transgressão à ordem patriarcal, atuando no empoderamento e no fortalecimento das suas devotas (Reis, 2020, p. 121). Essas figuras históricas demonstram que a resistência sempre coexistiu com as narrativas de opressão.

Para Saffioti (2016, p. 126), as mulheres têm oferecido resistência ao sistema de dominação patriarcal desde o surgimento deste, há mais de seis mil anos. Historicamente, essas mulheres desafiaram a ordem estabelecida e, no último século, organizaram um movimento que busca sistematizar reflexões sobre o lugar da mulher na sociedade, além de almejar a transformação social e a conquista de direitos. Silva (2016, p. 23) argumenta que, mesmo sem conhecerem a teoria feminista, diversos grupos ao longo da história da humanidade se revoltaram contra a ordem patriarcal. Para Silva (2016)

O pensamento ou teoria feminista procura responder por que as pessoas do sexo feminino são subordinadas socialmente, que estruturas sociais e/ou processos de interação as mantêm numa situação desfavorável de poder em relação aos homens, em diferentes dimensões da vida social (Silva, 2016, p. 22).

Santos (2021, p. 23) reitera que “O auto reconhecimento enquanto feminista faz parte de um processo que passa por uma perspectiva individual e coletiva no mundo. As organizações coletivas fortalecem esse processo por criar uma solidariedade comum de luta”. E complementa que

A percepção da opressão de gênero faz parte de um processo de se entender no mundo, A partir desse despertar, muitas mulheres passam por um processo de questionamentos. Muitas vezes essas relações de opressão são naturalizadas e normalizadas, mas como as entrevistadas citam, esse desconforto sempre esteve presente mesmo quando não se identificava ao certo do que se tratava (Santos, 2021, p. 24).

As organizações de mulheres não necessariamente são coletivos feministas, pois o feminismo possui objetivos expressos que visam a emancipação da mulher e humana, luta por direitos coletivos e possui uma visão anti opressões.

Cisne (2014, p. 114) aponta que o movimento feminista no Brasil pode ser dividido em três momentos históricos distintos. O primeiro momento ocorre na luta pela redemocratização, articulando-se com a eliminação das formas de opressão contra as mulheres. O segundo momento é marcado por uma aproximação com o partidarismo, o que acaba descaracterizando, em parte, o caráter autônomo do movimento. Já o terceiro momento destaca-se pela construção dos Conselhos de Direitos das Mulheres. A autora também ressalta

que o feminismo, enquanto movimento social, abrange uma diversidade de perspectivas teóricas, não podendo ser caracterizado como um grupo homogêneo na luta contra as opressões dirigidas às mulheres.

O debate teórico do movimento feminista ampliou-se durante a década de 1960, com autoras como Saffioti abordando a violência contra as mulheres, fornecendo bases teóricas fundamentais para a atuação política a partir dos anos 1970. Basterd (2016) aponta que o movimento feminista no Brasil teve seus passos embrionários na luta por igualdade de direitos. Em relação à violência, o autor destaca que as denúncias contra mulheres já estavam presentes “desde as primeiras manifestações do feminismo no Brasil, ainda na década de 1970” (Basterd, 2016, p. 26). No contexto da autocracia burguesa⁷, muitas dessas denúncias não foram levadas a diante ou sequer publicizadas. Não eram poucos os casos de violência sexual contra mulheres torturadas pelo Estado durante o regime ditatorial.

Para Faria e Araújo (2019), “a constituição do Movimento de Mulheres e Movimento Feminista incorporou a violência contra as mulheres como uma bandeira de luta permanente, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil” (Faria; Araújo, 2019, p. 88). Nesse momento histórico, a América Latina vivenciava as Ditaduras Militares, e as mulheres enfrentavam violências tanto dentro quanto fora de casa, perpetradas pelo Estado e por seus parceiros. Os casos de violência contra as mulheres ocorridos no âmbito privado raramente eram expostos à sociedade. Mulheres eram violentadas, mortas e silenciadas dentro do “sublime” e imaculado seio familiar, onde a violência era invisibilizada e naturalizada.

Para Faria e Araújo (2019, p. 89)

A violência que as mulheres sofrem dentro de casa, o trabalho doméstico que realizam sozinhas, a falta de creche para poderem sair para trabalhar, entre outros. Ao questionar a opressão e a violência que as mulheres sofrem, vários elementos foram surgindo e denunciados como mecanismos para manter a violência: desde a impunidade e as legislações discriminatórias até a falta de autonomia e autodeterminação das mulheres.

Durante a década de 1980 diversos agrupamentos feministas começaram a denunciar os casos de absorção de homens se utilizando do argumento jurídico da “legítima defesa da honra” para assassinar mulheres, e passaram a dar notoriedade para a temática da violência inclusive através dos meios de comunicação da época com a campanha “Quem ama não mata” (Basterd, 2016).

⁷ Aqui coadunamos com Netto (2009) que em sua obra traz a nomenclatura autocracia burguesa se referindo ao período após o golpe de 1964 que instaurou o regime militar no Brasil.

Faria e Araújo (2019) abordam que este grito de guerra fez parte da militância política de diversas mulheres para denunciar diversos casos de assassinatos de mulheres no país. E juntamente com isto afirmam que “Outro campo de ação e de constituição dessa agenda foi a criação de grupos de apoio às mulheres, com o nome de SOS. A partir desses grupos, buscava-se ouvir denúncias e acolher mulheres” (Faria; Araújo, 2019, p. 89). Tudo isso ocorreu durante o período de ditadura, em que o Estado se mostrava conivente com a violência, e praticava ainda mais violência.

Brazão e Oliveira (2010) abordam a criação do SOS Mulher, que foi criado em São Paulo, fomentando a experiência de realizar denúncias e acolhimento às vítimas de violência. Houve neste momento diversos protestos contra os assassinatos de mulheres, bem como manifestações culturais denunciando a impunidade dos agressores. Outra campanha criada foi a “O Silêncio é cúmplice da violência”, quebrando paradigmas patriarcais presentes na sociedade brasileira que naturalizam a violência dentro das relações conjugais. As autoras apontam que as campanhas realizadas pelas ativistas foram de suma importância para que diversas mulheres realizassem denúncias.

É a partir de 1983 com o Conselho da Condição Feminina que há “o início de propostas de serviços vinculados ao atendimento de mulheres vítimas de violência, iniciando com a criação de delegacias de mulheres e Casa Abrigo, locais destinados a acolher temporariamente as mulheres e as crianças ameaçadas pela violência doméstica” (Faria; Araújo, 2019, p. 90). E a partir desta movimentação, surgem as primeiras delegacias especializadas para a mulher.

Brazão e Oliveira (2010) indicam também que a movimentação das feministas por meio das campanhas e protestos abriram espaço na mídia e na televisão para abordar as pautas sobre direitos das mulheres, direitos reprodutivos, sexualidade e violência contra as mulheres. Foi uma atuação importante para a criação de delegacias especializadas, bem como para a postulação de políticas públicas.

Nas empreitadas democráticas da Constituinte, a participação das mulheres foi fundamental e a partir da década de 1990, aponta para a Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, que organizou fóruns de mulheres em todo Brasil, articulando também a luta pelo fim da violência contra as mulheres (Brazão; Oliveira, 2010).

A Convenção de Belém do Pará de 1994 foi central para a elaboração de conceitos acerca da violência de gênero, bem como para a elaboração da Lei Maria da Penha, que só foi sancionada em 2006. Houve uma grande articulação com os organismos internacionais para pressionar o Estado Brasileiro (Basterd, 2016).

Faria e Araújo (2019) destacam a relevância da Marcha Mundial de Mulheres (MMM) que foi uma campanha lançada contra a pobreza e violência de gênero, e “Reforçou a imbricação entre capitalismo, patriarcado, racismo, heteronormatividade e colonialismo como causas da violência contra as mulheres” (Faria; Araújo, 2019, p. 91). Assim, trouxe a visão sistêmica da violência que requer uma luta anti-sistêmica.

González (2020, p. 135) ressalta também as movimentações de mulheres negras e suas contribuições para o movimento feminista no Brasil. E aponta as dissonâncias encontradas no setor branco do feminismo, que pormenorizava as pauta das mulheres negras, mas que também não encontravam explicações para a discriminação sexual dentro do movimento negro.

De qualquer forma, os grupos de mulheres amefricanas se organizaram em todo o país, especialmente nos anos 1980. Também realizamos nossas reuniões regionais, e este ano teremos o I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Enquanto isso, nossas irmãs ameríndias também estão organizadas na União das Nações Indígenas, a maior expressão do movimento indígena em nosso país.

Lélia aborda também que a partir dos anos 1970 e 1980 houve aproximações de movimentos da América Latina com as mulheres brasileiras. E Brazão e Oliveira (2010) ressaltam que o movimento de mulheres negras atuou com protagonismo nas campanhas contra a esterilização forçada de mulheres negras, no debate sobre as particularidades das vivências das mulheres negras, que por sua vez sofrem refrações do sexismo e do racismo.

Já os anos 2000 foram cruciais para o avanço na conquista de direitos, Faria e Araújo (2019) destacam em 2003 a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e em 2007 a criação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, criando a articulação entre diversas políticas setoriais. Ambas nos governos Lula, período em que houve grande mobilização para a apresentação de propostas por parte dos movimentos de mulheres.

Em 2015, outro avanço significativo foi o sancionamento da Lei do Femicídio que, conforme Terra (2021, p. 82) “prevê o crime de feminicídio, sendo este uma circunstância qualificadora do crime de homicídio, previsto no artigo 121 do Código Penal Brasileiro”. Desde a criação de leis, até as políticas públicas e afirmativas no país o movimento feminista sempre esteve envolvido e articulado para garantir direitos, bem como em denunciar a dura realidade enfrentada pelas sujeitas aqui no Brasil. Esta realidade que se constitui de maneira sistêmica não está distanciada do que se encontra pelos corredores, salas de aula e outros ambientes das Universidades. Pelo contrário, as denúncias crescem de maneira exponencial e

tornam este assunto uma crescente na mídia, nas pesquisas acadêmicas, na formulação de ações afirmativas e até de leis.

Neste próximo capítulo pretendemos abordar a conformação histórica da Universidade enquanto espaço elitizado, bem como os casos emblemáticos de violência contra as mulheres nas universidades brasileiras e os dados encontrados na Universidade Federal de Sergipe - UFS, que é o campo de pesquisa deste trabalho.

2 UMA HISTÓRIA DE NÃO PERTENCIMENTO: A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA UNIVERSIDADE

Aí, o que é que se pode fazer? Assim, um bolsista, um estudante, tecnicamente não deu em nada, o que ele vai fazer contra um professor titular de um outro departamento, né? (Gardênia, 2024).

Numa sociedade essencialmente desigual, o poder se difunde de diversas formas, havendo sempre um oprimido que dá subsídio para o opressor continuar a explorar. E os espaços em que a relação de dominação ocorre são diversos. É o chão de fábrica, a casa, a comunidade tradicional, a sala de aula. Se como afirma Paulo Freire, que o sonho do oprimido é ser opressor, e assim postula a Pedagogia do Oprimido, dentro das salas de aula ainda vivenciamos a Pedagogia do Opressor.

Mas não apenas em sala, nos corredores, nas didáticas, nos estacionamentos, nos cargos de influência, nas reitorias o opressor tem vencido. O descrédito de uma solução para este problema é uma questão, mas, não muito distante da realidade. Afinal, não tem existido solução.

Nesta sequência do trabalho, buscamos responder os objetivos acerca da caracterização da violência contra as mulheres no contexto acadêmico, suas particularidades e relação com as estruturas de poder formada na universidade. Para isto, busca apreender as raízes históricas que formaram a universidade no Brasil, e concomitantemente, o nascimento da atual Pedagogia do Opressor, em que as classes subalternizadas foram suprimidas de ocupar este espaço. O debate a seguir demonstra com materialidade o não lugar das mulheres no espaço acadêmico, que quando não nos impede de entrar, quase nos impele a abandonar.

Apresentamos também neste capítulo os registros encontrados da ouvidoria os dados da Universidade Federal de Sergipe, assim como os casos emblemáticos noticiados na mídia sergipana entre 2022 e 2023 de violência contra as mulheres na UFS. Para coadunar com os dados, aborda-se também os relatos das participantes do grupo focal, parte da pesquisa

empírica deste trabalho, trazendo as percepções das alunas sobre a violência contra as mulheres na UFS e suas experiências na universidade.

São analisadas as expressões do heteropatriarcado-racista-capitalista na universidade, bem como nas vivências das mulheres dentro do curso de Serviço Social, enquanto mulheres, pessoas pretas, militantes e parte da classe trabalhadora.

2.1 A trajetória da Universidade no Brasil e violência contra as mulheres no espaço acadêmico

Millet (1974, p. 58) aponta que pela ideologia dominante e patriarcal “não se deve dar qualquer instrução às mulheres, e ainda menos proporcionar-lhes o simples prazer de aprender. Pelo contrário, é necessário doutriná-las a fim de que continuem a servir modestamente os homens”. E isto é demonstrado quando nos propomos a investigar a trajetória de inserção das mulheres na educação.

Nascimento (2018) disserta que desde o Brasil Colônia a educação esteve nas mãos dos Jesuítas, que se dedicava à catequese e formação cultural da elite masculina e branca. Ressalta também que as mulheres puderam frequentar as mesmas salas de aulas que os homens a partir da criação dos colégios protestantes, que enfraquecem a hegemonia católica na educação. Contudo, a prevalência continuava a ser de homens e brancos enquanto ocupantes deste lugar.

Freitas (2003) afirma que através da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827 as mulheres tiveram o direito legal à educação com a criação das escolas de Letras. O pensamento hegemônico era de que existia uma incapacidade intelectual feminina, e que estas precisavam ser doutrinadas para impor limites para suas “vontades desenfreadas”. Assim, a educação para mulheres no Brasil se pauta principalmente na moralidade, no ensinamento de valores cristãos, aprender bordados e costuras.

O preparo para o magistério também favoreceu a criação de escolas femininas. Cruz e França (2011, p. 91) apontam que “No discurso do vigário emerge a preocupação com a formação da mulher virtuosa, com uma educação feminina cuja missão prioritária é tornar realidade, ou melhor, reproduzir cuja “participação” não ultrapasse os limites do invólucro de mãe, esposa e mulher educadora”.

Marcarini (2017, p. 74) retoma a historicidade da universidade no Brasil, destacando que sua criação foi tardia, já que até o século XIX não existiam instituições de ensino superior. A colônia era vista apenas como um espaço de produção de riquezas para a

metrópole, e não como um espaço de produção de conhecimento, sendo que grande parte da sociedade era analfabeta. Apenas a partir da década de 1920 a universidade passa a se expandir no país, mas com um claro objetivo: formar e servir às elites brasileiras. Se a educação confere poder ao indivíduo, era o maior objetivo da burguesia nacional barrar esse processo, pois uma população sem conhecimento dificilmente reconhece sua própria subalternidade e não se revolta (Marcarini, 2017).

No Brasil colônia, apenas haviam duas opções de Universidades, para a elite obviamente: Coimbra e Évora. Os primeiros cursos são criados no Rio de Janeiro e na Bahia a partir da vinda da corte real portuguesa para o Brasil. Para Mendonça (2000, p. 134) foram criadas “na Bahia, a cadeira de economia (1808), e os cursos de agricultura (1812), de química (1817) e de desenho técnico (1817). No Rio, o laboratório de química (1812) e o curso de agricultura (1814)”.

As elites engendram um projeto de universidade para formar uma categoria pensante no Brasil, enquanto o setor Católico propõe a disseminação dos seus padrões morais. Quando as propostas de laicização da educação chegam no debate, o setor Católico se coloca de forma oposta, pois desatinou de seus interesses.

É neste processo que os cursos de Serviço Social surgem no cenário Brasileiro, advindos da moralidade católica que necessitava qualificar a mão de obra para caridade, e criam as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. Os cursos historicamente “femininos” se constituem como um espaço de inserção da mulher na Universidade, mas com o próprio estigma de estar restrita àquela posição destinada para mulheres. Às mulheres de classe alta era destinada a posição de caridade, benevolência e ajustamento social das classes subalternizadas. Para isso, a primeira escola de Serviço Social⁸ surge em São Paulo em 1936, visando formar profissionais que reproduzem a racionalidade burguesa e a caridade cristã.

Neste período, em que se torna favorável ao capital se utilizar da mão de obra barateada das mulheres, muitas desta classe burguesa saem do âmbito privado doméstico para serem inseridas na divisão social do trabalho de maneira formal. E aqui tecemos esta crítica, pois o trabalho é imposto às mulheres desde sempre, seja enquanto escravizada ou no labor doméstico. Por isso, faz-se necessário demarcar as diferenças das atividades laborais citadas, pois ambas são trabalhos.

Ao dissertar acerca da estrutura da sociedade que produz e reproduz a universidade, Chauí (2001, p. 13) ressalta que “a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço

⁸ A obra "Relações Sociais e Serviço Social" (2005) de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho se aprofunda na história do Serviço Social Brasileiro e seu surgimento conservador no âmbito católico.

privado sobre o público, e tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos”. De modo que, o autoritarismo familiar se espalha pelos outros ambientes da vida social, nas relações amorosas, na escola, por exemplo.

E, como parte constitutiva dessa sociedade, violenta, oligárquica e autoritária, Chauí (2001, p. 37) aponta que a Universidade é parte integrante deste tecido social, e se constitui como um *locus* elitizado e pensado para a classe dominante. No caso das universidades públicas, Chauí (2001, p. 38) aponta que estas operam para servir aos interesses das oligarquias locais, bem como destaca a falta de condições materiais para execução de pesquisas e o iminente desgaste do corpo docente.

Pinto (1994, p. 19) afirma que

[...] a universidade é uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no terreno ideológico sobre a totalidade do país. Se tal é a essência da universidade, deste logo se vê que o problema de sua reforma é político e não pedagógico. Este último aspecto existe, é claro, mas se mostra secundário, pois só se apresentará na forma em que pode e deve ser resolvido, depois que tiver sido decidido politicamente o destino da universidade e sua participação no projeto de transformação social empreendido pela comunidade.

A forma como a Universidade se constitui enquanto espaço institucional foi e é pensado para atender às demandas das elites, e mesmo com a expansão do ensino superior para outros grupos sociais, as condições de permanência são feitas e pensadas para uma elite branca intelectual.

E ao compreender a violência em seu conceito mais ampliado, ver-se-á que essa conformação institucional é violenta, segregante e intencional para minar as conquistas da classe trabalhadora, que não é homogênea, enquanto pertencente deste espaço. Pinto (1994, p. 23) afirma que “Os “alunos que não entram” na universidade só têm este destino porque as condições da sociedade brasileira atuam positivamente sobre eles, impedindo-os de alcançar os requisitos mínimos de cultura para a etapa mais alta dos estudos”.

Acerca da violência, faz-se necessário ressaltar que existem diferentes expressões da violência contra mulher, podendo ser caracterizadas como: *violência física* quando atinge a integridade e saúde corporal; a *psicológica*, quando causa dano emocional; a *sexual*, que intimida ou força a manter ou participar de relação sexual; *patrimonial*, que se refere a destruição ou retenção de bens, documentos, etc.; e *moral*, que se refere a calúnia e difamação (Brasil, 2006). Estas definições se referem ao que encontramos na Lei Maria da Penha (N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006), dispositivo jurídico referente aos casos de violência doméstica e familiar contra mulher.

Contudo, no *locus* da universidade, outras expressões dessa violência se concretizam. D'Oliveira (2019, p. 1) aponta que possui “grande presença de assédio moral, ameaças, humilhações e violência sexual. Os cenários também são diversos e incluem trotes, festas, clubes esportivos, salas de aula, viagens de trabalho de campo e repúblicas”. Estas expressões, tanto pelo espaço em que ocorre, quanto pelas especificidades extrapolam o que preconiza a Lei Maria da Pena.

Esta violência não pode ser considerada meramente uma violência urbana, por ser exterior ao âmbito doméstico, nem se limita às relações intrafamiliares, como a violência doméstica. Ela é perpetrada a partir das relações de poder estabelecidas no ambiente acadêmico, favorecidas pelas hierarquias historicamente ocupadas por homens nesse espaço. Esses homens, embora não necessariamente possuam vínculos afetivos com as vítimas, utilizam-se dessas relações de poder para perpetuar a violência.

O debate acerca do tema da violência contra as mulheres tem sido crescente na academia, desde meados da década de 70, e havendo um maior interesse acadêmico na temática a partir dos anos 80, conforme levantamento de pesquisas realizados por Grossi, Minella e Porto (2006). As autoras também apontam que as pesquisas sobre a temática estão ligadas ao avanço da militância feminista no país, e o adensamento dos debates sobre a condição da mulher na sociedade. Desde então novas particularidades têm sido levantadas nas pesquisas mais recentes, delineando como esta expressão da “questão social” se conforma na realidade brasileira e quais as suas refrações no cotidiano das mulheres.

Porto e Chaves (2022, p. 471) enfatizam as limitações da legislação referida aos casos de violência intrafamiliar:

[...] essa proteção legal que foi conferida às mulheres limita-se à sua condição de integrante da entidade familiar. Sendo assim, a violência de gênero, nas hipóteses que não contemplem violência intrafamiliar ou relação íntima de afeto, seja atual ou pretérita, permaneceram expostas à impunidade.

Sousa, Lima e Silva (2021, p. 47) apontam “Em diversos contextos, patrões, chefes e colegas usam o temor da mulher em perder seu meio de subsistência para coagi-la a cumprir jornadas de trabalho extenuantes, a tolerar ofensas, constrangimentos e humilhação, além dos abusos relativos ao corpo.” O preconceito, a discriminação, assédio moral e sexual, violência sexual, psicológica, moral são indicativos das pesquisas mais recentes realizadas sobre o tema. Porto e Chaves (2022, p. 473) ainda trazem que

No ambiente universitário, a intensidade ou repetição da violência pode ocasionar também outras consequências, como ausência às aulas, trancamento de disciplinas, perda de semestres letivos, até mesmo a evasão universitária, que em regra significa não só o abandono do projeto acadêmico, mas da qualificação profissional, da realização vocacional, a perda de um projeto de vida pessoal.

Além disso, durante festas universitárias, ocorrem agressões sexuais associadas ao consumo de álcool e outras drogas, o que configura uma situação de vulnerabilidade, assim como os trotes, que são problemáticas presentes nesse contexto. A Universidade Federal de São Paulo foi pioneira em abordar essa temática, após a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar essas práticas, que resultaram em violações de direitos (Almeida, 2019).

Ainda conforme a autora, agressões sexuais em trotes e festas, por exemplo, são comumente encaradas pelas autoridades policiais e dentro da universidade enquanto relações consensuais, o que dificulta a responsabilização devida dos agressores, bem como a descredibilização das vítimas. Almeida (2019, p. 19) afirma que

Nas universidades, uma aluna que participa de festas, consome bebidas alcoólicas ou outros tipos de substâncias psicoativas já parece demonstrar sua “imoralidade” – ou ela não “se daria ao respeito”, como na fala do professor acima. Ou seja, o fato de que as denunciadas não estão no padrão de gênero imaginado para uma vítima inocente produz nas instâncias apuradoras dos atos de indisciplina – como as sindicâncias – uma insensibilidade à agressão e uma suposição de que teria sido apenas um ato sexual.

Na pesquisa realizada por Barroso *et al.* (2022) a violência pode ser perpetrada nas relações entre professores e professoras, entre técnicos e professoras, entre professores e alunas, entre técnicos e técnicas, entre alunos e alunas. Outrossim, a pesquisa indica casos de violência dentro da Universidade Federal de Sergipe perpetrada por indivíduo externo, ou seja, que não possuía relação formal com a instituição.

Almeida e Zanello (2022, p. 19) ressaltam que

Ainda que algumas de tais violências ocorram fora dos muros da instituição acadêmica, ao envolverem pessoas que passam a ter posições e papéis sociais definidos a partir de suas inserções nela em festas, trotes, bares etc., acabam sendo referenciadas e, muitas vezes, motivadas por suas relações estabelecidas no interior da comunidade universitária. Logo, trata-se de um espaço não só físico, mas emocional e simbólico de relações de poder, que se estende para outros espaços de sociabilidade em que os e as envolvidos/as se encontram direta ou indiretamente, a exemplo de um estudante ofender uma colega nas redes sociais.

As autoras também enfatizam que a visibilidade para a temática no Brasil tomou força a partir dos anos 2000, embora já ocorresse anteriormente. Por exemplo, em 1987 foi

veiculado a morte da aluna Thaís Muniz Mendonça da Universidade de Brasília (UnB) com 19 facadas e 1 tiro pelo ex-namorado que era aluno da mesma universidade, e que fugiu do Brasil para não cumprir a pena por homicídio. Ela foi vista pela última vez na saída da aula na UnB, mas não chegou em casa, conforme matéria do G1 (G1, 2018).

Também é a partir dos anos 2000 que haverá uma ampliação do acesso de mulheres às universidades, e por meio da mobilização política feminista essa temática toma mais visibilidade. Porém, enquanto fenômeno estrutural, requer também mudanças estruturais para sua resolução. Ao explorarmos o cenário brasileiro, agora nos ateremos à realidade encontrada na Universidade Federal de Sergipe, que não se distancia do que se encontra de maneira nacional.

2.2 Aproximação a violência contra a mulher na UFS

Conforme dados do último Censo da Educação Superior em Sergipe de 2020 (Santos, 2020), há 81.448 alunos matriculados no Ensino Superior no estado, sendo 32,6% nas instituições públicas e 67,4% nas instituições privadas. O Censo demonstra também que dos matriculados em ambas as instituições (públicas e privadas), 57,77% são mulheres, sendo assim a maioria, em detrimento de 42,23% de homens matriculados. A matéria continua mostrando que

As matrículas nos cursos de graduação por cor/raça em Sergipe na base de 2020 é a seguinte: 16.596 alunos de cor branca (20,4%), 8.473 de cor preta (10,4%), 45.233 alunos de cor parda (55,5%), 1.761 de cor amarela (2,1%), 524 (0,6%) indígenas, 5 sem informações (0,1%) e 8.856 alunos que não declararam (10,9%) (Santos, 2022).

A Universidade Federal de Sergipe é atualmente a única Universidade pública no Estado e foi institucionalizada em 1968. O campus central é o de São Cristóvão, e os de Laranjeiras, Itabaiana, Lagarto e Nossa Senhora da Glória fazem parte do processo de interiorização da instituição. Conforme o site oficial (UFS, 2024, p. 01) atualmente constam 20.363 alunos/as matriculados em cursos de graduação presencial.

A ouvidoria é o órgão responsável por receber os registros de ocorrências dentro da instituição, e de realizar as tratativas necessárias. Conforme Barroso *et al.* (2023), anteriormente este processo ocorria no sistema da Universidade o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA. Contudo, em agosto de 2020 houve a migração para o sistema federal Fala.Br.

Na UFS, o Fala.Br desde 2022 se tornou a única ferramenta possível para registro de casos de violência. A plataforma não especifica o conteúdo da denúncia, nem os denunciados, também permite que o denunciante não identifique fatores como gênero e raça/etnia. Há de se considerar também que o denunciante pode não necessariamente ser a própria vítima, mas quem registrou o fato.

Durante a fase inicial da pesquisa anterior sobre a mesma temática, ainda em nível de iniciação científica, uma das dificuldades encontradas foi a concretude dos dados disponibilizados pela instituição, bem como o perfil das vítimas e dos agressores.

Conforme pesquisa documental utilizando os descritores ‘assedio ufs notícias’ na plataforma Google, fora encontrado uma resposta do Gov.br acerca dos casos de assédio sexual na UFS dos anos de 2013 a 2022. As informações foram solicitadas anonimamente na plataforma Fala.br e a solicitação da quantidade de casos e as tratativas da universidade foram concedidas pelo órgão. Vale ressaltar que a solicitação foi iniciada em 2022 e mais de 1 ano após, em 2023 foram concedidos. A partir desses dados elaboramos uma tabela para fácil compreensão dos leitores deste trabalho.

TABELA 1: Casos de denúncias de assédio sexual contra professores da Universidade Federal de Sergipe

ANO	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS POR AUTOR	AUTOR	PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELA INSTITUIÇÃO
2013	1	Transeunte ⁹	Através da Divisão de Vigilância, intensificação de ronda, orientação à queixosa para registro de ocorrência junto à autoridade policial competente.
2016	1	Professor	Instauração de procedimento administrativo disciplinar que resultou em penalidade de Advertência.
2016	5	Professor	Instauração de procedimento administrativo disciplinar que resultou em penalidade de Suspensão
2018	2	Professor	Instauração de procedimento administrativo disciplinar que resultou em penalidade de Suspensão.
2019	3	Estudante de pós-graduação	No caso do estudante de pós-graduação, instauração de procedimento administrativo disciplinar que resultou em absolvição;
2019	1	Estudante de graduação	No caso do estudante de graduação, não se instaurou o processo em virtude da docente

⁹ Este termo refere-se à indivíduo externo, ou seja, que não faz parte do corpo formal da instituição.

			autora da denúncia não ter autorizado o prosseguimento.
2019	3	Professor	3 registros feitos por alunas em relação a um mesmo professor, os quais não tiveram prosseguimento por falta de autorização das alunas, visto ser obrigação legal a proteção da identidade do denunciante.
2019	1	Transeunte	Uma notícia de ataque a uma estudante ocorrido dentro de um sanitário, do qual o agente se evadiu sem ser identificado, podendo tratar-se, pelo relato obtido, de pessoa de fora da comunidade universitária.
2020	1	Professor	Instauração de procedimento administrativo disciplinar que resultou em penalidade de Demissão.
2022	1	Professor	Manifestação registrada de forma anônima, impossibilitando comunicação da Ouvidoria com a manifestante. Outra comunicação encaminhada por gestor de departamento campus, gerou procedimento que foi encaminhado para a Ouvidoria e conhecido, e ora se encontrando em andamento.

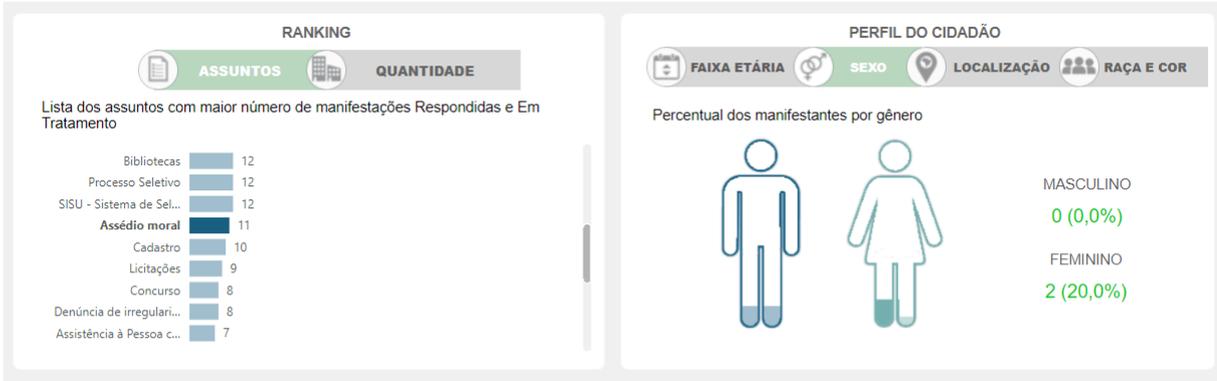
Fonte: CGU, 2023.

Durante os anos analisados pode-se perceber uma constante nos casos registrados, bem como apenas um de todos esses casos ter resultado em demissão. As suspensões temporárias ou advertências são práticas mais recorrentes dentre os casos analisados.

Outra fonte de análise desses casos também foram os relatórios da ouvidoria, analisados por Barroso *et al.* (2023) na pesquisa de iniciação científica que originou o presente trabalho. Barroso *et al.* (2023, p. 50) indica que em 2017 e 2018 houveram 11 denúncias em cada ano acerca da categoria Assédio Sexual/Moral. E nos anos seguintes pode-se observar uma constante nos casos registrados desta categoria de denúncias.

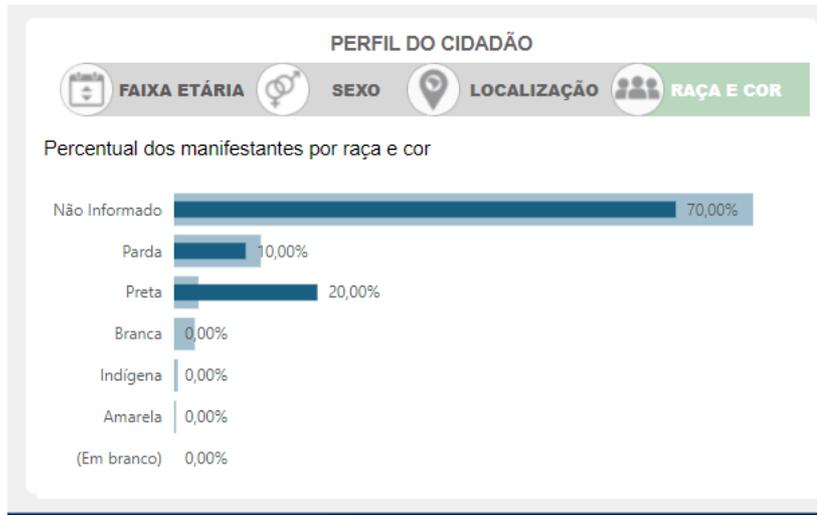
Conforme dados coletados na plataforma, em 2022, houveram 11 registros de assédio moral, com maioria não identificada na categoria gênero, e as únicas duas pessoas que se identificaram foram mulheres. Acerca do fator raça/etnia, 70% não identificou, 10% se identificaram como pardos/as e 20% como pretos/as.

Figura 1: Denúncias registradas de Assédio Moral na UFS em 2022



Fonte: CGU, 2024.

Figura 2: Quesito Raça/cor das denunciante de Assédio Moral na UFS em 2022



Fonte: CGU, 2024.

Ocorreram também em 2022 duas denúncias de assédio sexual, sem identificação de gênero como explícito na imagem abaixo:

Figura 3: Denúncias registradas de Assédio Sexual na UFS em 2022



Fonte: CGU, 2024.

Ao tratar de 2023, novas categorias que podem ser consideradas violências aparecem também no período anual. Na categoria discriminação houveram 3 denúncias e uma pessoa se identificou como mulher.

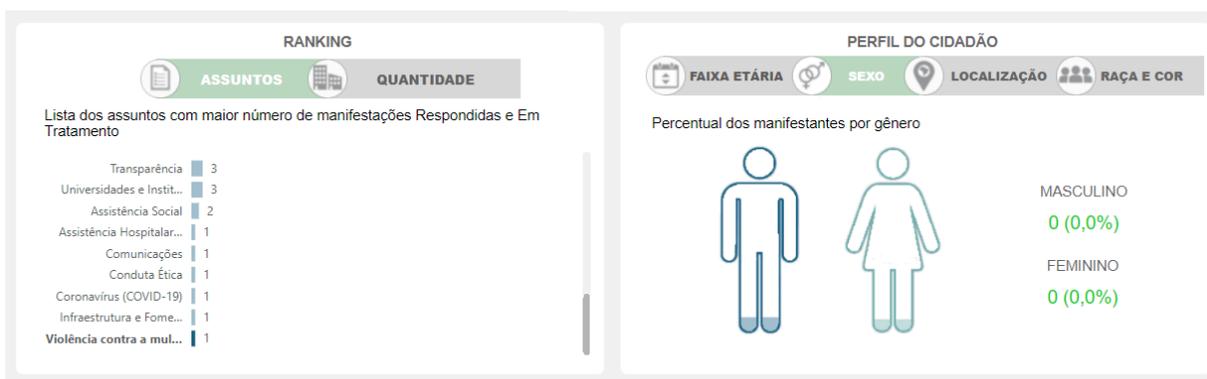
Figura 4: Denúncias registradas de Discriminação na UFS em 2023



Fonte: CGU, 2024

Também aparece de maneira inovadora a categoria violência contra a mulher que consta uma denúncia, porém não especifica outras características do perfil do/a denunciante.

Figura 5: Denúncias registradas de Violência contra a Mulher na UFS em 2023



Fonte: CGU, 2024.

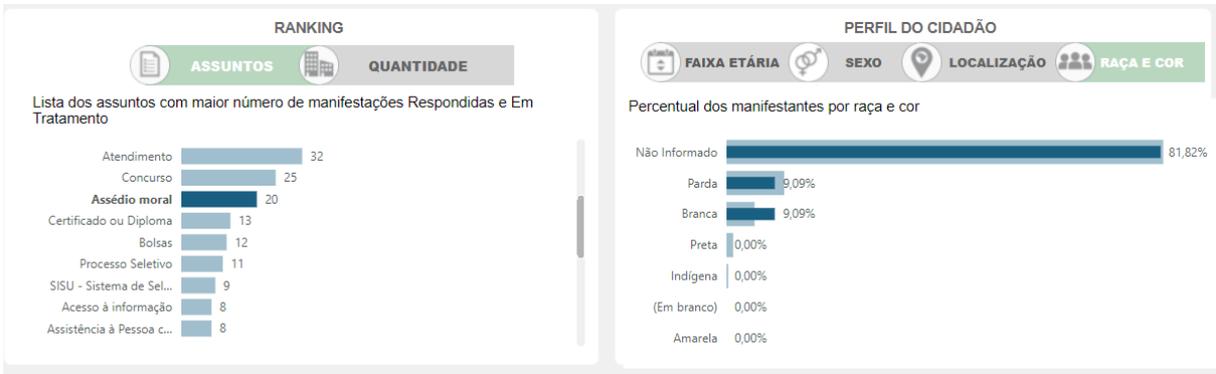
De 11 denúncias de assédio moral em 2022 o gráfico pula para 20 denúncias em 2023, sendo 3 pessoas identificadas como mulheres e 2 como homens, 9% se identificou como pardo/a e 9% se identificou como branco/a.

Figura 6: Denúncias registradas de Assédio Moral na UFS em 2023



Fonte: CGU, 2024.

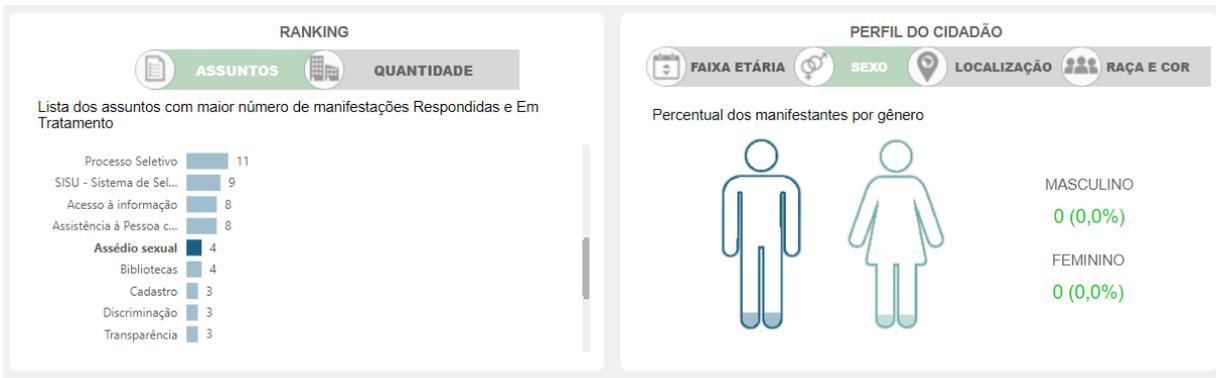
Figura 7: Quesito Raça/cor das denunciante de Assédio Moral na UFS em 2023



Fonte: CGU, 2024.

Em 2023 foram 4 denúncias de assédio sexual sem gênero ou raça/etnia definidas na denúncia. O aumento foi de 100% no comparativo entre os dois anos.

Figura 8: Denúncias registradas de Assédio Sexual na UFS em 2023



Fonte: CGU, 2024.

Os dados de forma notória demonstram a existência da problemática dentro da instituição, mas em contrapartida são escassas as ações institucionais para combater a

violência. Também, foi feita uma pesquisa com casos emblemáticos dentro da instituição. Foi utilizada a técnica de pesquisa dentro da plataforma Google, a partir dos descritores “assédio sexual ufs” que trouxe um caso referente ao ano de 2023. O objetivo desta busca foi mapear os casos de violência contra a mulher que tiveram visibilidade na mídia.

Em maio de 2023 o G1 noticia que alunos e alunas do curso de dança denunciaram uma professora do mesmo curso por assédio, violência psicológica e xenofobia contra os alunos e alunas. O relato da matéria consta uma fala de uma das alunas:

A aluna e presidente do Centro Acadêmico do Curso de Dança da UFS, Amanda Oliveira, contou que por pouco não desistiu do curso em virtude da violência psicológica sofrida em sala de aula. “Ela gasta o tempo em colocar um aluno contra o outro, expõe Pessoas com Deficiência (PCDs) sem autorização dos mesmos e ainda tem uma postura extremamente autoritária. Já teve aula em que ela disse que se o aluno falasse mal dela pelos corredores, seria muito pior”, disse (G1, 2023, p. 1).

Continua também demonstrando que a professora já enfrenta três processos administrativos dentro da instituição. Houveram falas xenofóbicas contra a cultura sergipana, episódios de capacitismo e situações vexatórias em sala de aula, conforme relatos. Se neste trabalho pudermos falar sobre cultura de assédio, aqui temos uma clara evidência de como esta se dá. A cultura do assédio normaliza estes tipos de situações e se espalha por dentro das relações. Mulheres não estão isentas de recair em falas e ações preconceituosas, ainda que sejam vítimas das mesmas.

Entretanto, a figura do homem enquanto principal agressor se sustenta nos casos emblemáticos. Foi realizada uma pesquisa no site da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe, para consultar matérias sobre os casos emblemáticos. Sendo utilizadas, assim, os descritores ‘nota de repúdio’ e ‘violência’.

O site publicou no dia 22/03/2024 uma nota de repúdio referente a um caso de violência política contra a mulher e desrespeito contra a presidente da associação em uma assembleia. Sobre o fato, a nota relata que “[...] o professor se direcionou de forma desrespeitosa à mesa composta por três mulheres da Diretoria da ADUFS e tentou tomar o microfone da mão da presidenta, professora Josefa Lisboa” (ADUFSa, 2024). Este caso ilustra perfeitamente que, embora em cargos equipares, docentes homens e mulheres de uma mesma instituição são submetidos a vivências diferentes, e não há a segurança para estas, em favor de sua condição enquanto mulher.

Em 23 de outubro de 2024 outro caso foi relatado e denunciado pela entidade, desta vez se tratando de uma violência verbal e psicológica cometida por um professor homem

contra uma professora. A situação se deu em virtude da participação da docente no acolhimento de uma vítima de assédio sexual e moral (ADUFSb, 2024).

A recorrência e gravidade dos casos de violência na instituição denotam esta cultura e normalização dos fatos. É uma cultura institucional de violência, que fragiliza as mulheres. A hierarquia também acentua diversas violências. Barroso *et al.* (2022, p. 12) afirma que a instituição dispõe apenas de uma ouvidoria para o registro de casos, e que no período de 2019 a 2020 sofreu importantes mudanças, devido a pandemia, sendo impossibilitado a realização de acolhimento dos casos de maneira presencial, apenas o registro de maneira remota. Outrossim, a instituição dispõe de relatórios que, conforme Barroso *et al.* (2022, p. 9) “indica uma imprecisão de informações, com destaque para a ausência do perfil dos/as denunciante(s) e a natureza das denúncias”. Destarte, esta pesquisa prévia demonstra a dificuldade em delinear a real quantidade e as particularidades dos casos.

As situações de violência contra as mulheres na UFS também foram expressas por ocasião do grupo focal. Este foi executado no dia 08.08.2024 com início às 16h e término às 17h20 em uma das salas do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da UFS. Foi composto por quatro estudantes do 3^a, 7^o e 9^o do curso de Serviço Social, situado no campus São Cristóvão. Acerca do quesito étnico racial, 2 (duas) se autodeclararam pretas, 1 (uma) se autodeclara parda e 1 (uma) se autodeclara branca. Para iniciar o grupo focal, a pesquisadora fez uma introdução sobre o objetivo da pesquisa. Posteriormente, foi explicitado para as participantes sobre a garantia do sigilo de suas identidades, sendo utilizado nomes fictícios para a identificação de suas falas.

TABELA 2: Identificação das estudantes participantes do grupo focal

NOME FICTÍCIO	PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL	PERÍODO DO CURSO	FAIXA ETÁRIA
Alamanda	Branca	3 ^o	Entre 18 e 24 anos
Bromélia	Preta	7 ^o	Entre 18 e 24 anos
Dália	Preta	9 ^o	Entre 18 e 24 anos
Gardênia	Parda	7 ^o	Entre 18 e 24 anos

Fonte: Elaboração própria.

Complementando aqui o perfil das participantes do grupo descrito acima, ambas estão envolvidas em alguma instância dentro ou fora do Serviço Social, sendo 1 (uma) integrante do Programa de Educação Tutorial - PET, 3 (três) integrantes do Centro Acadêmico de Serviço

Social Maria Anízia Gois de Araújo - CASSMAGA, 2 (duas) integram a Juventude do Afronte, 1 (uma) participa da Rede de Mulheres Negras de Sergipe e 2 (duas) integram a Resistência Feminista do PSOL. Vale ressaltar aqui que das participantes, duas participam de diferentes coletivos/movimentos de maneira concomitante.

Das 4 participantes do grupo focal, todas relataram situações de violência ligadas às vivências universitárias, sendo duas especificamente dentro do campus e duas no transporte para o local. A participante Alamanda relata que

[...] Então, tipo, nunca tive um caso de assédio, de violência, de desmoralização. Já me aconteceu entre colegas, sabe? A violência que a gente trata como mais corriqueira mesmo, de, tipo, assim, já tive colegas que me conheciam, tinha proximidade, então, tipo, faziam comentários indevidos, falavam sobre o meu corpo, faziam, enfim, comentários duplo sentido, sabe? Me sexualizando, sexualizando as mulheres ao redor. [...] Foi um cara assim, não sei quem era, não sei de onde veio, mas ele veio comentar sobre a minha roupa, falando que eu estava muito safadinha, juro. Mas como eu não sabia quem era e nunca mais vi na minha vida, eu não sabia o que fazer (Alamanda, 2024).

O comentário violento perpetrado contra a participante denota como na sociedade heteropatriarcal-racista-capitalista os corpos das mulheres são tomados como objetos públicos. Seja para o assédio, como para o abuso, ou para o controle da sexualidade (Saffioti, 2015). A autora Saffioti (2015, p. 112) complementa que

Neste regime, as mulheres são **objetos da satisfação sexual dos homens**, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão [...] (grifo nosso).

Outra participante Dália, uma mulher negra, relata que

[...] Então, eu acabei sofrendo racismo, né, não foi o racismo, assim, apontado na cara, mas, tipo, duvidar mesmo, tipo, ah, essa menina preta, velho, tipo, o que ela está fazendo aqui, né? Tipo, quem é ela? Ou, então, eu não me sinto representada por ela, porque ela é uma mulher preta, mas eu não me sinto representada por ela porque ela veio de outro segmento [...] Mas não, gente, eu sou preta, eu sofro racismo igual. Sim, eu sou uma mulher privilegiada, sim, eu me coloco nesse lugar, eu reconheço esse lugar, mas isso não me isenta de sofrer racismo, de sofrer machismo e de sofrer assédio, não (Dália, 2024).

Dália ao utilizar o termo “outro segmento” estava explicitando acerca de sua posição, do que podemos chamar no Brasil, de classe média, que são parte da classe trabalhadora, mas dispendo de um poder econômico maior em relação a outras camadas da população proletária. E neste caso, houve desqualificação por parte de outro estudante em relação a pertinência da

participante no movimento estudantil e nas lutas contra o racismo, sexismo e opressão de classe. Davis (2017) assertivamente pontua acerca da tripla opressão vivenciada pelas mulheres negras, do sexismo, do racismo e da opressão de classe. Outrossim, as máximas racistas incutidas no imaginário da população brasileira rejeitam a ideia de que pessoas negras possam alcançar espaços de poder, principalmente econômico. González (2020, p. 73) afirma que

Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego, é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nas a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no Carnaval ou nos oba-obas da vida). Afinal, se é preta só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço.

Então, González (2020) aponta que o fato de uma mulher dispor de maior poder econômico, se enquadrando na classe média, não exime-a de sofrer racismo, sexismo ou até mesmo opressão de classe. Pelo contrário, ao ocupar espaços predominantemente dominados por pessoas brancas, há o acirramento do racismo perpetrado nestes locais. A autora ilustra isso com o exemplo dos porteiros de edifícios, que obrigam pessoas negras a entrar pela porta de serviço.

A desqualificação de pessoas negras é uma arma potente do racismo, sendo uma constante dentro das Universidades, que hierarquicamente sustentam homens brancos no topo da pirâmide institucional. A participante Bromélia traz outro relato acerca das práticas racistas institucionais:

Então, eu faço parte do PET, o Programa de Educação Tutorial, e ano passado, acho que por abril assim a gente realizou uma atividade, e por conta da falta de auditórios disponíveis por aqui, a gente solicitou um espaço que tivesse uma certa quantidade de lugares e nos colocaram lá pra Didática 7. [...] E quando eu cheguei lá, que eu fui falar com o segurança pra pegar a chave, ele não quis me dar. E estava eu e mais duas mulheres, todas nós mulheres pretas, e a gente foi com ofício pra pegar, e ele não deixou. Ele falou que podia ser falsificado. E a gente estava com a camisa do PET e com a logo do PET, e ele não quis entregar. Ele disse que só entregaria a gente se o nosso professor fosse junto. [...] Foi preciso um homem branco, um também participante do PET, viesse e conversassem com ele. Ele entregou a chave a ele. [...] Ele desacreditando, dizendo no rosto da gente que podia ser falso aquele ofício que a gente estava autorizando a gente pegar a chave pra abrir o espaço. Então, assim, é realmente complicado (Bromélia, 2024).

Ambas participantes relatam casos do que se propaga na cultura brasileira como racismo velado (que nada é oculto para quem o vivencia), pela sutileza da forma com que se violenta a fim de passar despercebido e ser acobertado pela sociedade racista. González

(2020) reitera que a violência sexista imbricada com a violência racista aflige de maneira muito mais intensa as mulheres negras.

A dimensão racial nos impõe uma inferiorização ainda maior, já que sofremos, como as outras mulheres, os efeitos da desigualdade sexual. Na verdade, ocupamos o polo oposto ao da dominação, representado pela figura do homem branco e burguês. Por isso mesmo constituímos o setor mais oprimido e explorado da sociedade brasileira (González, 2020, p. 98).

Outra temática relatada durante o grupo focal foi acerca dos assédios vivenciados no transporte público, que cotidianamente são necessários para os alunos e alunas da UFS participarem das aulas e atividades no campus São Cristóvão. Dália complementa em sua fala esta situação:

Eu também sofri assédio, né, na vinda daqui da UFS eu estava num ônibus e, assim, eu desci do ônibus, né, desse terminal. É porque, assim, quando a gente está naquele ônibus apertado, né, 090, todo mundo, assim, na latinha de sardinha, todo mundo juntinho, a gente acaba tendo dificuldade de realmente entender se aconteceu alguma coisa ou não. Mas, enfim, eu acabei, eu desci, né, achei estranho, eu, enfim, virei, né, coloquei a mochila na frente pra, fiquei agora, assim, olhando e aí, meu irmão, qual foi? [...] (Dália, 2024).

A dificuldade que há em reagir em situações de violência no espaço urbano está ligado também, na perspectiva de Madruga, Heling e Duarte (2021, p. 89) à “culpabilização das vítimas, associada ao machismo estrutural, conduz à incerteza quanto à validade das denúncias e suas consequências”. Não há para as vítimas a segurança da efetividade no caso de registrem o fato. Gardênia também compartilha uma experiência dentro do transporte público em direção à Universidade.

É, eu estava falando, né, na minha intervenção, sobre a questão do transporte público, que é algo, assim, que acontece de forma recorrente. E foi justamente no 090, eu peguei ele aqui pela manhã para ir para o estágio, e o ônibus estava muito cheio, e quando chegou no terminal da rodoviária nova, subiram, assim, estava no último degrau da escada e subiram vários homens. E estava muito cheio e eles foram subindo e subindo. E eu estava de costa e tinha um homem que também estava de costa para mim. Em determinado momento, ele se virou e eu não percebi que era um homem que tinha se virado. Minha mochila estava na frente. E aí, do nada, eu comecei a sentir. Aí, quando eu olhei para trás, era um cara. [...] Só que, assim, é aquela questão, né, a gente está no transporte público, sozinha, é um homem, e a gente às vezes fica paralisada, não tem o que fazer, não consegue reagir, não consegue falar. Só fica ali até, enfim, descer. Só torcendo para chegar logo no destino para a gente poder descer (Gardênia, 2024).

Madruga, Heling e Duarte (2021, p. 88) ressaltam que “Há no senso comum, ancorado no machismo, a ideia de que as mulheres “gostam de ser paqueradas” e por este sentido muitas atitudes são consideradas “normais”, apesar de desrespeitarem a vontade feminina”. E os homens se utilizam dessa premissa para violentar continuamente as mulheres em todos os

espaços. Outra participante relata também situações de assédio no transporte público para a UFS.

Como eu falei, eu nunca sofri nenhum tipo de violência aqui dentro da universidade. Mas assim como as outras entrevistadas, eu já sofri violência dentro do ônibus. E justamente dentro de um 080. E uma questão que eu percebi foi que a pessoa que me assediou, ela tinha acabado de descer de um 090. E eu entrei em um 090, ou seja, ela estava vindo da UFS e estava voltando para a UFS. Acredito que seja uma estratégia para assediar alunos da UFS, porque o 090 parou do outro lado. [...] (Bromélia, 2024).

Madruga, Heling e Duarte (2021, p. 89) afirmam que pesquisas mostram as dificuldades das mulheres se reconhecerem enquanto vítimas de violência dentro dos transportes públicos.

Muitas mulheres não se visualizam como vítimas de violência, fato este que pode ser constatado durante a aplicação das entrevistas da “Pesquisa de Vitimização de Assédio e Violência Sexual”, pois algumas mulheres afirmavam não terem sido vítimas de violência sexual no transporte coletivo, porém ao tomarem contato com o rol de possibilidade de ações que configuram tal violência, elencavam já terem passado por tal situação. Este processo de “naturalização” da violência gera o silenciamento das mulheres, por não se reconhecerem como vítimas da violência.

O desconhecimento e a naturalização das condutas abusivas fazem ocultar as violências sofridas e causam também o silenciamento. As autoras dissertam ainda sobre o assédio sexual verbal, pontuando que “Esta modalidade de assédio sexual por vezes não é reconhecida como uma violência, uma vez que a cultura machista atribui estas condutas à virilidade e tentativa de conquista por partes dos homens” (Madruga; Heling; Duarte, 2021, p. 95).

Todas as experiências aqui explicitadas apontam para expressões do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista na vida das mulheres que se particularizam no cotidiano da universidade: oblitera-se a humanidade das mulheres em detrimento da superioridade de interesses dos homens, seja em relação aos corpos, ou acerca da capacidade cognitiva, a subjetividade entre outros aspectos da vida humana.

No tópico a seguir, discorreremos sobre as percepções das participantes sobre a violência contra as mulheres dentro da UFS, a estrutura e dinâmica institucionais que contribuem para a sua perpetuação e o sucateamento de políticas afirmativas para fragilizar a permanência de mulheres neste espaço.

2.3 As percepções sobre a violência na UFS

Neste tópico, objetiva-se abordar a percepção das participantes do grupo focal sobre a violência contra as mulheres dentro da UFS, como elas percebiam esta problemática e a forma como era tratada e enfrentada na instituição. Buscou-se realizar aproximações da realidade que tem sido investigada. Alamanda iniciou o debate, ao responder o questionamento sobre as percepções:

Eu acho que a UFS ela é um espelho muito bom do restante da sociedade brasileira, assim, é um espaço que tem muita violência contra a mulher e enquanto instituição tem muita violência institucional. Então, a minha percepção sobre a violência contra a mulher na UFS é isso, tipo assim, os agentes dessa violência eles são estudantes, são professores, são técnicos, são, enfim né, todos os que são da vida mesmo fora da universidade, mas tem o agente também que é muito marcante que é a instituição Universidade. Acho que é um espaço propício à violência contra a mulher (Alamanda, 2024).

Esta participante demonstra ter um conhecimento prévio sobre o que se tem produzido na academia acerca das violências, e traz um retrato de quem são os autores e as vítimas, bem como a responsabilidade institucional nos casos que ocorrem. Barroso *et al.* (2023, p. 45) demonstra exatamente o porquê do espaço da universidade se tornar um espelho da sociedade quando abordam que

Destarte, a confluência das diferentes formas de opressão se espalha para todas as instâncias na reprodução das relações sociais e institucionais, como é o caso das universidades, e estas, como parte do corpo de instituições sociais, historicamente reproduzem as desigualdades presentes na sociedade vigente. Além de obter instrumentos institucionais que potencializam a gravidade dessas formas de opressão.

Dália complementa que

Em relação aqui a UFS sobre a minha concepção sobre a violência contra a mulher, eu queria trazer algo mais estrutural mesmo, da universidade física, a estrutura física da universidade. O curso de serviço social é um curso noturno e um curso muito feminino. Tem muitas mulheres, é um curso majoritariamente feminino e é um curso noturno. Então, quando a gente pauta sobre essas duas questões, tipo, ser um curso feminino e um curso noturno, e essa é a realidade de muitos cursos aqui dentro da universidade, que a universidade atualmente tem mais mulheres, a gente não fala sobre a estrutura da UFS que abarque essas mulheres, uma estrutura de iluminação, uma estrutura de segurança, não só dentro da UFS, mas para além, nos transportes públicos. As mulheres não se sentem seguras aqui dentro da universidade. E não só nessa estrutura física de falta de luz, falta de segurança, falta de recursos para acolher a gente. Existe uma ouvidoria, mas é uma ouvidoria que, sinceramente, eu nunca vi um pós, tipo, ok, teve uma ouvidoria, mas e o pós disso? Como é que vai

ficar? [...] E para além disso, essa falta de estrutura de acolher, estrutura física de acolhimento, [...] (Dália, 2024).

A fala da participante traz aspectos relevantes sobre o não lugar das mulheres (Martins, *et al.*, 2022) nas universidades, que se apresentam em diversos âmbitos, seja no sistema de segurança e iluminação precarizados, na falta de acolhimento para vítimas, ou nos entraves institucionais que ocorrem para a realização das denúncias. As autoras reiteram que

Assim, considera-se que as universidades, ao mesmo tempo que provocam reflexões sobre as desigualdades sociais, são também instituições normalizadoras e disciplinares que se transformaram historicamente conforme às exigências do patriarcado, do racismo e do capitalismo. Estas distinções colaboram para a presença maciça das mulheres em determinados cursos, impõe dificuldades para acesso aos financiamentos, para o avanço na carreira e para o reconhecimento acadêmico (Martins *et al.*, 2022, p. 350).

Este sistema excludente segmenta as profissões, e, conseqüentemente os cursos, condenando as mulheres a ocupar determinados locais que são historicamente subalternizados e invisibilizados dentro da divisão social do trabalho.

Barroso *et al.* (2023, p. 55) apontou em sua pesquisa que a ouvidoria, além de ser permeada pelo descrédito da comunidade acadêmica, como apontado na fala de Dália, também dificulta o acesso a dados.

A apreciação dos dados da ouvidoria aponta uma ausência de especificação de informações dos registros, o que impossibilita uma análise mais precisa das denúncias e manifestações, logo, da violência contra as mulheres na instituição. [...] Reitera-se que a pandemia da Covid-19 foi fator relevante para a redução das manifestações, dada a mudança na dinâmica institucional em orientação às medidas sanitárias. Apesar disso e da ausência de identificação do gênero dos(as) manifestantes nos relatórios, a pesquisa identifica a universidade como espaço reprodutor de violências contra as mulheres, resultado de estruturas institucionais historicamente sexistas, refletindo na própria invisibilidade da questão nos dados institucionais.

Dália traz importantes considerações sobre o curso de Serviço Social, que é majoritariamente feminino, e em sua percepção, isso torna o público deste curso mais vulnerável dentro de uma universidade que não pensa nos riscos da estrutura física fragilizada, a qual pode favorecer nos casos de abuso e assédio. Gardênia segue a discussão:

Acho que eu sigo basicamente a mesma linha de pensamento de Dália, a Alamanda falou muito bem sobre a questão dessa violência institucional, mas para mim, pelo menos o que me pega mais é essa questão de estrutura mesmo. Como ela falou bem aqui, é um curso noturno, e a questão do, não só dentro da UFS, para a gente se locomover, está aqui, tem a questão do transporte público, que diariamente são diversos casos de assédio, inclusive passei por isso recentemente no ônibus cheio, enfim, é tudo isso que a gente passa diariamente para estar aqui. E aqui dentro

também, esse caso recente desse cara que estava aí assediando todo mundo, deixou todo mundo amedrontado, e assim, a gente vai tomar providências com quem? E se falar, ah, vamos denunciar, vamos na ouvidoria, como Dália falou, e vai dar em que? A gente vai levar essa denúncia, e vai dar em que? Porque ninguém faz nada, guarda aqui dentro só para proteger patrimônio, então, a gente está assim, né, à mercê, enfim, de segurança aqui na UFS em relação a isso (Gardênia, 2024).

Neste ponto podemos observar que Gardênia, coadunando Dália, demonstra descrédito nos mecanismos de denúncia que a Universidade atualmente dispõe. Não há confiabilidade quanto a resolutividade e acolhimento da ouvidoria institucional.

Desta forma, os dados aqui encontrados não se distanciam da tendência de outras pesquisas em âmbito nacional. Na pesquisa realizada na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), as principais dificuldades institucionais relatadas pelos participantes foram a falta de informação dos canais de denúncia, ausência de espaço e acolhimento, ausência de sigilo e confiabilidade e excesso de burocracia para a denúncia (Barroso; Lima, 2021).

A máquina estatal que assume um caráter racista, patriarcal e capitalista se exprime também na burocratização dos processos e na dificuldade para o prosseguimento das denúncias. A falta de confiança é apontada na referida pesquisa como o principal motivo para que as vítimas de violência não busquem atendimento na própria instituição, indicando também que a violência institucional “Revela-se na conduta de seus agentes, bem como na ausência de serviços de proteção e segurança” (Barroso; Lima, 2021, p. 17).

Bromélia disserta também sobre sua percepção sobre a VCM na UFS:

É, então, eu acredito que assim como Alamanda disse, a universidade, ela é um espelho do que está lá fora, e as mulheres, elas não são pensadas para viver com dignidade lá fora, e também não são pensadas para viver com dignidade aqui dentro. Não são pensadas para viver sem medo aqui, por exemplo, eu não me atreveria a pegar uma disciplina que eu tivesse que caminhar até a didática sete, porque eu sei os perigos que me aguardam no caminho. As pessoas, os homens, normalmente, aqui dentro, temem roubo, temem assalto, e a gente que é mulher, a gente sabe que a gente tem muito mais a perder, a gente tem muito mais a sofrer aqui dentro da universidade. E não só em questão disso, mas eu vejo também muita violência velada, muito a desacreditar de quem nós somos, desacreditar do nosso potencial de estar aqui dentro. Pouco incentivo para estar aqui dentro e pouca visibilidade para as coisas que as mulheres fazem e geram aqui dentro. Então, é o que Alamanda falou, a gente não é pensada para estar aqui, a universidade, ela não foi pensada para nós estarmos aqui (Bromélia, 2024).

Bromélia demarca fisicamente um dos locais que fragilizam o livre acesso de mulheres que estudam à noite na UFS, que é a didática sete, e pessoalmente demonstra que opta por não se arriscar nesses lugares. Se juridicamente todos temos o direito de ir e vir, na prática vemos que o direito não se concretiza para alguns sujeitos nesta sociedade.

Para Queiroz e Diniz (2021, p. 142) “Não há dúvida de que o assédio sexual dirigido às mulheres é uma violência sexista, manifestada sob a forma de discriminação deste segmento, ao expressar, sumariamente, o “poder do macho”. E o medo iminente de sofrer a violência a todo o tempo e em todos os espaços traz sofrimento psíquico para as mulheres, e estudos já apontam essa realidade.

Zanello, Fiuza e Costa (2015, p. 240) ao realizarem uma pesquisa sobre saúde mental e gênero, constataram que o sofrimento psíquico dentro do grupo de mulheres estudadas estava relacionada ao “sofrimento de violência, seja sexual (71,4%), física (71,4%) ou psicológica (14,2%);”. A realidade da violência e a ameaça de viver a violência trazem consequências sérias para as mulheres em todos os espaços da sociedade.

Vale também ressaltar o dado da fala desta participante sobre o descrédito dentro da instituição, quando ressaltamos se tratar de uma mulher negra, que sofre sexismo, racismo e as refrações da classe trabalhadora de forma imbricada, desvelando ambas as faces da opressão. Para Martins, Bandeira e Dias (2022), as pesquisas têm demonstrado que as mulheres negras vivenciam dentro das universidades situações desde a desqualificação intelectual e de suas produções acadêmicas, até a hipersexualização dos corpos e objetificação.

No próximo capítulo será abordado como essa discussão tem sido feita na organização política do Serviço Social, bem como as estratégias adotadas por discentes do curso de Serviço Social frente a violência contra as mulheres na UFS.

3 DANDO VOZ A ELAS: ESTRATÉGIAS ADOTADAS POR DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL FRENTE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA UFS

Então, é esse o nosso papel que a gente toma pra gente aqui dentro da universidade. Nós debatemos entre nós, nós levamos tanto pra comunidade acadêmica, quanto pra os espaços fora da academia (Bromélia, 2024).

A discussão deste capítulo revela a importância dos coletivos e movimentos sociais para a universidade. Neste capítulo será abordada a participação do movimento estudantil em geral e no Serviço Social no enfrentamento a violência contra as mulheres nas universidades e a atuação política em torno das pautas de gênero, com destaque para as falas que resultaram do grupo focal com 04 alunas do curso de Serviço Social da UFS, acerca do enfrentamento a

violência, seja individualmente ou organizada em coletivos, analisando os resultados à luz da teoria feminista marxista.

Para nós, mulheres, é importante cada dia mais compreender o conceito de se aquilombar, frente a esse sistema patriarcal-racista-capitalista. Se unir, se organizar para enfrentar o inimigo comum é também uma forma de se aquilombar, tomando as forças dos nossos ancestrais para permanecer resistindo. Por isso também, queremos aqui dar a voz, possibilitar que as próprias sujeitas e companheiras nossas coloquem suas histórias e eternizem dentro desta obra.

3.1 Resistências feministas e do movimento estudantil no combate a violência contra as mulheres nas universidades

A universidade enquanto lócus social reproduz as dinâmicas violentas da sociedade, mas também, historicamente tem se mostrado como um espaço de afloramento de ideias transformadoras e de resistência contra a dinâmica societária capitalista. Neste caso, podemos aferir problemáticas e também potenciais.

Valls *et al.* (2009, apud. Bellini; Melo, 2022) indica que os Estados Unidos foram pioneiros no estudo da temática da violência contra mulheres nas universidades. O caso da aluna da Universidade de Columbia que carregou o colchão em que havia sido abusada pelas dependências do campus recebeu notoriedade internacional (Gama; Baldissera, 2022), expondo os abusos vividos por mulheres e a conivência das instituições nestes casos em acobertar abusadores e não tomar as devidas providências.

Ademais, no Brasil, houve maior notoriedade sobre a temática após a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar casos de violência sexual nas universidades em São Paulo. Gama e Baldissera (2022) relatam que a CPI foi instaurada após diversos abusos ocorridos em sete instituições de São Paulo, e as universidades foram consideradas “responsáveis ou ao menos cúmplices por omissão de violações aos direitos humanos” (Gama; Baldissera, 2022, p. 330).

Na UnB, as autoras expõem que, em meados de 2014 começaram as denúncias de casos de estupro dentro do campus da universidade. E no mesmo ano, estudantes do curso de Ciência Política criaram uma página no Facebook chamada Fiu Fiu - UnB, que recebia denúncias de casos de assédio e violência. A página ganhou publicidade no jornal G1 (Gama; Baldissera, 2022).

Como fruto da página que ganhou visibilidade, foi criado o Coletivo Afetadas, que é composto por estudantes e professoras do Instituto de Ciências Sociais da UnB. As ações realizadas entre 2015 e 2018 se tratavam de debates públicos, rodas de conversas e atividades de extensão versando a temática (Gama; Baldissera, 2022). Também, utilizaram como estratégia o escrache, pois “em 2015 um grupo de estudantes realizou um escracho: colou fotos do rapaz nos banheiros do pavilhão principal do campus com a legenda "estuprador". O objetivo era alertar estudantes sobre sua presença no campus” (Gama; Baldissera, 2022, p. 336).

Este artigo também reflete sobre a relevância da divulgação e da militância feminista utilizando as redes sociais, por meio da criação de *hashtags* para denunciar os casos de violência contra as mulheres nas Universidades. Gama e Baldissera (2022) afirmam que

Em 2015, *hashtags* como #MeuPrimeiroAssedio e #MeuAmigoSecreto foram criadas e utilizadas massivamente para denunciar no Facebook casos de assédio e machismo. Se essas primeiras *hashtags* denunciavam experiências em sua grande maioria de forma anônima, em 2016, a *hashtag* #MeuProfessorAbusador muitas vezes nomeou professores. Através de uma página criada no Facebook com o mesmo nome para reunir denúncias de assédios e abusos por parte de professores, em apenas três dias, as idealizadoras de Meu Professor Abusador, receberam mais de 600 relatos (Gama; Baldissera, 2022, p. 347).

Adrião *et al.* (2022) explora a experiência do coletivo “A Universidade é pública, meu corpo não” na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que surge em 2016 após um episódio de assédio sexual dentro do campus. Conforme as autoras, o coletivo possui composição de alunas, professoras, servidoras técnicas, que se identificam enquanto mulheres brancas, pardas, pretas, lésbicas, cis, trans e seguem a corrente metodológica do feminismo pós-estrutural decolonial (Adrião *et al.*, 2022).

Conforme o artigo “Denúncias de estupro e assédios eram colocadas em grupos privados de mulheres no facebook” (Adrião *et al.*, 2022, p. 419), e após outro episódio de assédio com uma estudante de Pós-Graduação em Psicologia, o coletivo promoveu rodas de conversas sobre o assunto. Concomitante a isso, articulavam estratégias políticas para pressionar a reitoria sobre segurança no campus. As autoras relatam também a

[...] aderência a um ato unificado nacionalmente que emerge nas Universidades Federais ao redor do país com o mote: “#MeAvisaQuandoChegar”. A movimentação nacional, que acaba construindo unidade através da *hashtag* e de um grupo no Facebook, visava chamar atenção para a ética do cuidado mútuo criada entre as mulheres como estratégia de sobrevivência diante de obstáculos impostos no acesso aos campi (Adrião *et al.*, 2022, p. 424).

Esta campanha visava dar visibilidade à temática e incentivar a prática do cuidado mútuo para enfrentar a violência. Assim, o coletivo se reuniu para realizar um ato dentro do campus.

Reunimo-nos e concentramos em frente ao Restaurante Universitário, no final da manhã, onde mobilizamos as pessoas que estavam nas filas do restaurante, com folders e construção de cartazes alusivos ao ato; e vimos a chegada da mídia impressa e televisiva local. Por volta das 12h saímos em marcha, gritos de ordem e cantos em direção à reitoria. Chegando lá, o portão principal que dá acesso ao prédio foi fechado em nossas caras (Adrião *et al.*, 2022, p. 424-425).

Após esta violação, o coletivo acionou a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco para acompanhar as reuniões da reitoria. As autoras apontam os avanços conquistados como a promoção do debate e do “fortalecimento da articulação com/entre as mais diversas mulheres por todo o campus” (Adrião *et al.*, 2022, p. 427).

Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Rocha *et al.* (2022) contam a experiência do coletivo Marielle Franco, criado em março de 2018. Este, por sua vez, é composto por discentes, professoras, servidoras técnicas e funcionárias terceirizadas da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. E definem enquanto propósitos do coletivo:

[...] (1) promover ações de escuta, acolhimento, apoio e atenção às vítimas de assédio moral, sexual, estupro e diversas outras violências de gênero; (2) acompanhar e propor melhorias das políticas, procedimentos e tratamentos institucionais; e (3) fomentar projetos de extensão e pesquisa, pautando, a partir da construção de um campo teórico sobre os estudos de gênero e sexualidade (Rocha *et al.*, 2022, p. 441).

As ações deste coletivo iniciaram-se a partir da proposição de um projeto de extensão na UFJF, cujo objetivo foi dar visibilidade às ações do grupo. Além disso, foi realizado o evento “Sonoridade e Resistência: Enfrentamento às Violências contra a Mulher na Universidade”, com a participação de pesquisadoras e artistas, visando debater as formas de violência de gênero no âmbito universitário (Rocha *et al.*, 2022).

As autoras Rocha *et al.* (2022) destacaram que parte das ações do coletivo incluiu o acolhimento de vítimas de violência e o acompanhamento dos processos de apuração das denúncias no âmbito da Universidade. Além disso, reiteraram a existência de violência institucional cometida contra essas estudantes: “Perguntas como ‘Onde você estava com a mão?’, ‘Mas o beijo foi realmente na boca? Você tem certeza?’ ou ‘Será que você não entendeu de forma equivocada uma expressão de carinho do professor?’ fragilizam, humilham e desacreditam as vítimas” (Rocha *et al.*, 2022, p. 447).

Esta pesquisa indica também que o longo e humilhante processo das apurações das denúncias agravam ainda mais o estado fragilizado das vítimas.

É de se esperar, portanto (e, de fato, aconteceu em casos acompanhados pelo Coletivo), que as vítimas terminem as apurações e os processos de sindicância muito mais adoecidas e violentadas do que quando os iniciaram. Ficam comprometidas a sua trajetória acadêmica, a sua autonomia e independência, provocando sérios danos à sua autoconfiança, à sua capacidade intelectual e psíquica, à sua saúde física e mental, comprometendo o retorno à sociedade de todo o investimento por ela realizado nas novas gerações de intelectuais e profissionais. Sem proteção e sem acolhimento, muitas estudantes abandonam a universidade ou são relegadas ao ostracismo, ao rechaço da comunidade acadêmica e da sociedade (Rocha *et al.*, 2022, p. 449).

Outro coletivo aborda também a temática dentro de sua atuação. A União Nacional dos Estudantes (UNE), que historicamente tem atuado politicamente nas universidades enquanto movimento estudantil, possui uma publicação datada de 2014, que se trata de um artigo escrito pela presidente da UNE à época, Virgínia Barros. O artigo fala sobre o caráter epidêmico da violência dentro das universidades, destacando a ausência de registro e a falta de divulgação sistemática dos casos. Ela afirma que

As mulheres já são maioria nas universidades brasileiras. Combater o machismo no ambiente acadêmico, contudo, segue sendo um desafio. As notícias de violência contra as estudantes dentro das instituições de ensino têm se multiplicado (Barros, 2014, p. 1).

Outrossim, continua dissertando sobre as denúncias de uma tentativa de estupro na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), uma das mais importantes universidades do país. Outro caso, segundo a autora, ocorreu na Faculdade de Medicina da mesma instituição. Também, a homofobia se encontra nestes casos de violência (Barros, 2014). A autora cobra ainda a segurança dentro dos *campis*, sem a interferência da Polícia Militar, que garanta, de fato, a integridade das alunas, professoras e técnicas das universidades. E por fim, reforça o compromisso do movimento estudantil no combate a qualquer tipo de opressão às mulheres (Barros, 2014).

Em 21 de setembro de 2023, a entidade acima citada publicou a Carta pelo fim da violência contra as mulheres nas universidades como uma forma de posicionamento diante dos fatos ocorridos na Universidade Santo Amaro (UNISA), em que um time de futebol cometeu importunação sexual em público durante jogos universitários. Também, remeteu-se ao caso Janaína da UFPI, e reiterou o posicionamento contra violência e a criação da ouvidoria da UNE para apuração de tais casos (UNE, 2023a).

A UNE (2023b) formulou também uma cartilha de enfrentamento à violência contra as mulheres na universidade, apresentado na 59ª edição do Congresso da UNE. E, abordou conceitos sobre o que é a violência contra as mulheres, e sobre a Lei Maria da Penha. Ressaltou também a rede de enfrentamento para estes casos e o quais providências tomar em casos de VCM na universidade (UNE, 2023b).

Outra notícia no site da UNE afirma que a entidade e o Ministério das Mulheres vão investigar casos de violência contra as universitárias. O acordo foi firmado durante o 10º Encontro de Mulheres da UNE em abril de 2023, e afirma que “A pesquisa a ser realizada em acordo com o Ministério da Educação irá realizar um diagnóstico da violência contra as mulheres no ensino superior brasileiro para a construção de políticas públicas a serem implementadas” (UNE, 2023c, p. 1). A notícia ainda aponta sobre a perspectiva que as alunas possuem sobre essa violência dentro do movimento:

A representante do MM, Carla Ramos contou que a Controladoria Geral da União divulgou uma pesquisa que reúne as denúncias a respeito de assédio e violência dos canais federais e que concluiu que a universidade é um lugar bastante perigoso para as mulheres. “São as universidades e institutos federais de toda estrutura do governo federal o lócus de maior produção de violência contra nós”, afirmou (UNE, 2023c, p. 1).

Nota-se, então, que as formas de resistência estudantil dos movimentos de estudantes e dos coletivos de mulheres passam a se organizar principalmente em resposta à ocorrência de casos emblemáticos. No entanto, essas situações também abrem possibilidades para o debate e para a implementação de ações de enfrentamento e combate, tanto no sentido de remediar os danos sofridos por vítimas passadas quanto de prevenir o surgimento de novas vítimas.

Ao analisarmos o movimento estudantil e os coletivos de mulheres nos mais diversos âmbitos das universidades brasileiras, neste momento, daremos enfoque à trajetória política do Serviço Social e às interseções do feminismo nessas movimentações diante da violência contra as mulheres no espaço acadêmico.

3.2 Organização política estudantil no curso de Serviço Social da UFS no combate a Violência contra as mulheres

O Serviço Social historicamente tem se situado, seja no âmbito da formação ou da categoria profissional, enquanto categoria hegemonicamente alinhada ao marxismo, e se envolvido ativamente nos processos políticos do Brasil. Após o movimento de reconceituação, os trabalhos de desenvolvimento de grupo e comunidade e a importante

participação nas empreitadas democráticas dos anos 1980 marcam a história da profissão acerca da profícua trajetória militante.

O movimento de ruptura incide não apenas dentro das universidades, na perspectiva teórica adotada, mas também nas relações com as instituições empregadoras, com os usuários dos serviços e com as demais categorias profissionais que coadunam com os interesses agora estabelecidos hegemonicamente.

No atual Código de Ética de 1993 este compromisso permanece ao constituir enquanto direito “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, 1993, p. 34). Nos documentos que orientam a ação profissional da categoria apenas se exprimem o movimento prévio da realidade, que aproxima os percursos da profissão com a movimentação política pelos direitos da classe oprimida. Ainda, possuímos enquanto princípios fundamentais estes que gostaria de destacar:

IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto **socialização da participação política** e da riqueza socialmente produzida; [...] VI. Empenho na **eliminação de todas as formas de preconceito**, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CFESS, 1993, p. 23, grifo nosso).

A categoria profissional ainda hoje é uma das poucas que oficialmente se posiciona contra a corrente, e que tem se mantido próxima dos movimentos sociais, organizações sindicais, de comunidades, abrindo-se as possibilidades de atuação junto às diversas camadas da classe trabalhadora, que é heterogênea.

Sousa e Santos (2023) reiteram que desde o surgimento do movimento de renovação do Serviço Social há movimento contrários à corrente hegemônica, e críticos ao marxismo. E afirmam também a atualidade que ainda possui o Código de 1993. Para estas, “trata-se de uma apropriação da ética e dos valores como as mediações que irão possibilitar a profissão revisita” (Sousa, Santos, 2023, p. 31). Este Código de Ética tão atual e relevante é um dos subsídios que podemos apontar para o envolvimento do Serviço Social e da categoria profissional com os movimentos sociais, incluindo a atuação com mobilização social para atender os interesses das classes subalternas.

Abreu e Cardoso (2009, p. 09) pontuam que a mobilização social e organização são constituintes das práticas educativas desenvolvidas pelos/as assistentes sociais, e ocorrem por meio dos “compromissos profissionais estabelecidos com as classes sociais e se materializa pelos efeitos da ação profissional no modo de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos nos

processos das práticas educativas”. Há contradições neste processo de mobilização social, que pode tender a responsabilização do indivíduo, mas também, segundo as autoras, pode potencializar a atuação crítica nos espaços sócio ocupacionais tradicionais.

Para Alagoano (2016), é justamente a partir dos anos 1970, com o movimento de ruptura, que o debate sobre os movimentos sociais ganha força dentro do Serviço Social. Além de que, nos anos 1980, os movimentos sociais alcançaram os mais diversos segmentos da sociedade. As reivindicações por trabalho, moradia, população em situação de rua, direitos das crianças, mulheres, população negra, entre outras, obtiveram efervescência neste período.

Aqui, considero importante destacar que os/as assistentes sociais que se aproximam dos movimentos sociais atuam na mobilização social dentro dos espaços profissionais, visando atender aos interesses das classes subalternas. Além disso, é possível apontar esses profissionais também em uma atuação extra-institucional, mobilizando-se e organizando-se diretamente dentro dos movimentos sociais.

Neste último, há também a dimensão da subjetividade de cada indivíduo, de modo que, os atravessamentos particulares a cada um podem apontar maior identificação com determinado movimento ou organização social. Seja com organizações de mulheres, movimento negro, pelos direitos LGBTQIAPN+, sindical, entre outros.

Esta relação com as questões de gênero também são antigas, comumente associada a presença majoritária de mulheres nas faculdades e escolas de Serviço Social, e, conseqüentemente, nos campos de atuação. Não se pode perder de vista aquilo que Cisne (2004, p. 51) chama de “feminização” da profissão. Este é um fenômeno que possui relações intrínsecas com o conservadorismo na profissão.

A feminização é aqui compreendida como um processo histórico-cultural de construção de práticas, saberes e valores em relação ao feminino, por meio de uma concepção diferenciada sobre os sexos, a qual dita, modela e institui o que é feminino. Torna-se, cria-se o feminino, de acordo com a conveniência e os interesses da classe dominante, resultando na produção de desigualdades entre homens e mulheres, reveladas, por exemplo, na sua forma de inserção no mercado de trabalho.

A pesquisa da autora se concentra em desvelar essas relações, pois as questões de gênero eram evidentes desde a criação da profissão. O Serviço Social fazia parte do conjunto de profissões permitidas para as mulheres, e, de maneira predominante, elas compunham as primeiras turmas e foram as primeiras profissionais formadas. Cisne (2004, p. 63) aponta que as primeiras assistentes sociais, oriundas da classe burguesa, reiteraram os interesses ideológicos e políticos dessa camada social, buscando o equilíbrio social, o ajustamento e a manutenção da estrutura familiar e dos bons costumes.

Se, por um lado, cria-se a imagem social da profissão como de "ajuda", cuidado, docilidade e virtuosidade moral, características associadas à imagem feminina na visão patriarcal (Cisne, 2004), por outro lado, abrem-se precedentes para questionar o status quo, a partir das próprias sujeitas participantes desse processo histórico da profissão.

A UNE, que surgiu em 1937, é o primeiro espaço em que os estudantes do Serviço Social irão militar. Contudo, no período da autocracia burguesa, esta passou a atuar na clandestinidade (ENESSO, 2014). Neste contexto, em 1978 ocorreu o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) em Londrina - Paraná. A cartilha da ENESSO sobre a história do movimento afirma que foi “[...] promovido pelo Centro Acadêmico da Universidade Estadual de Londrina (UEL). É a partir deste encontro que se inaugura a possibilidade de unificarem-se as lutas, de debater a profissão, a universidade etc” (ENESSO, 2014, p. 1-2). Em 5 de agosto de 1988 foi criada oficialmente a Subsecretaria de Serviço Social na UNE (SESSUNE), que a partir de 1993 passa a se chamar Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). No site oficial da entidade, esta define-se enquanto

A ENESSO é a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, assim como a os CASS (Centros Acadêmicos de Serviço Social) representam os estudantes de Serviço Social de uma escola, a ENESSO é a entidade máxima representativa máxima dos estudantes em seus respectivos cursos, por isso são denominadas como organização políticas estudantis de área, ou movimento de área (ENESSO, 2020, p. 1).

Dentro da ENESSO, a pasta de combate às opressões tem sido o espaço responsável dentro da entidade para versar sobre a imbricação do patriarcado-racismo-capitalismo durante os trabalhos de base com os discentes do curso de Serviço Social. O Estatuto de 2019 indica que

Art. 17º Compete ao/a Coordenador/a de opressões: a) Fomentar a discussão como eixo central a questão social e a violação dos direitos humanos que se expressam na vida cotidiana através do racismo, machismo, xenofobia, homofobia, lesbofobia, transfobia, bifobia, a questão da deficiência e demais opressões à classe trabalhadora e suas expressões (ENESSO, 2019, p. 13).

Além disso, na página do Instagram oficial da ENESSO há uma publicação de apresentação da pasta de combate às opressões, sendo a mais recente de fevereiro de 2023. A publicação afirma que algumas das ações do eixo são

12. Ampliar as discussões sobre as diversas manifestações das opressões de classe, raça e gênero, tais como: racismo ambiental, tráfico de mulheres e crianças, trabalho sexual (explorar melhor a definição do termo correto) em todos os âmbitos, sujeitos

em situação de manicômio, direitos sexuais e reprodutivos, sujeitos em situação de rua, feminização da pobreza e etc (ENESSO Nacional. 2023, p. 1).

O plano de lutas demarca os compromissos adotados pela entidade e direcionam as ações tomadas pela gestão em questão. Dentro da pasta de combate às opressões, há a setorial feminista da ENESSO. Na página do Facebook da setorial há diversas manifestações políticas em prol dos direitos das mulheres. Há publicações de estudantes em protesto ao Projeto de Lei 5.069, em favor dos direitos sexuais e reprodutivos, versando sobre as questões étnico raciais e contra ao racismo, contra o feminicídio e até uma nota contra a violência contra as mulheres no Brasil de 2015 (Enesso Feminista, 2015).

Figura 9: Publicação ENESSO Feminista contra o PL 5.069.



Fonte: ENESSO Feminista, 2015.

Conforme a página

A Enesso Feminista é uma setorial que foi nacionalizada partir da gestão "Nenhum Passo Atrás!" / 2012-2013 da Coordenação Nacional, que teve como uma de suas principais propostas o fortalecimento dos grupos oprimidos sob uma perspectiva classista, e que se manteve ativa nas duas gestões seguintes, a gestão "Façamos nós por nossas mãos" / 2013-2014 e a gestão "A nossa voz não é apenas nossa" /2014-2015 (ENESSO feminista, 2015, p. 1).

Costa (2017) realiza uma análise da cartilha ENESSO feminista de 2013, que foi trabalhada com estudantes de todas as regionais da Executiva, e aborda as “políticas públicas

para as mulheres, a luta pela igualdade, a violência de gênero, a condição das mulheres negras no Brasil, a descriminalização e legalização do aborto” (Costa, 2017, p. 107).

Em Sergipe, alinhados com a Regional III da ENESSO, o Centro Acadêmico de Serviço Social Maria Anízia Gois de Araújo - CASSMAGA é a entidade representativa dos estudantes do curso de Serviço Social da UFS. Sendo uma das entidades pioneiras nesta Universidade e no Estado, e conforme a pesquisa de Santos (2016) “é pioneiro e que é um dos mais organizados politicamente e atuante é o CA do curso de Serviço Social” (Santos, 2016, p. 95). Esta afirma também que o Diretório Acadêmico é anterior a formação da UFS, sendo o “Diretório Acadêmico Maria Kiehl, associado à Escola de Serviço Social, tendo sua primeira gestão representativa em 1954” (Santos, 2016, p. 21).

A autora afirma que o CASSMAGA sempre esteve envolvido nas disputas políticas pela representação e controle do Diretório Central de Estudantes - DCE/UFS, juntamente com os CAs/DAs do curso de Direito e Ciências Sociais. Santos (2016, p. 94) completa que:

Os espaços de socialização e as trocas de experiências em salas de aula, calouradas, protestos que são feitos na universidade, e a própria formação acadêmica de alguns cursos como, por exemplo, Serviço Social, influenciam na entrada dos militantes no movimento estudantil de base, geral ou em outros coletivos, nas Executivas de Cursos ou em movimentos de juventude que se organizam na universidade (Santos, 2016, p. 77).

Para dar voz àquelas que participam cotidianamente das trincheiras dos coletivos de mulheres e movimentos de estudantes, decidimos por bem realizar um grupo focal para coletar informações sobre a vivência destas enquanto mulheres e militantes.

3.3 As estratégias feministas de alunas do curso de Serviço Social para o enfrentamento à violência contra as mulheres na UFS

O objetivo deste item é abordar as estratégias de alunas do curso de Serviço Social no enfrentamento a violência contra as mulheres na UFS, seja de forma individual ou coletiva, nos movimentos estudantis, coletivos mistos, ou coletivos de mulheres.

No capítulo 2 deste trabalho relatamos os discursos sobre as violências vivenciadas pelas participantes, sendo 3 relatos sobre assédio sexual no transporte público em direção a universidade, 2 assédios sexuais dentro da instituição e 1 situação de racismo/sexismo dentro

da instituição. Foi perguntado, então, as estratégias que as participantes utilizaram para enfrentar a situação, então Bromélia relatou:

Quando eu cheguei no ônibus, quando eu cheguei aqui na UFS, a única coisa que eu fiz foi entrar, ainda tentando assimilar tudo e liguei para a minha mãe pedir dinheiro para ela pagar um Uber para eu voltar para casa. Porque eu estava em choque, eu não conseguia mais fazer nada. E a estratégia que eu montei a partir daí é eu não entro em ônibus para ficar de costas com nenhum homem [...] (Bromélia, 2024).

Como citado no capítulo anterior, a ameaça iminente da violência traz prejuízos para as mulheres no âmbito biopsíquico e também social. Queiroz e Diniz (2021), citando a pesquisa do Instituto Avon sobre violência contra as mulheres nas Universidades, abordam que diversas mulheres deixam de ocupar espaços em razão da possibilidade de violências.

Um exemplo da materialidade dessa insegurança pode ser observado a partir dos dados da pesquisa, os quais mostram que, entre as entrevistadas, 42% já sentiram medo de sofrer algum tipo de violência no ambiente universitário, e 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência (Instituto Avon apud. Queiroz; Diniz, 2022, p. 148).

Alamanda aborda também acerca das estratégias que utilizou nos casos de assédio sexual que sofreu:

No caso, quando foi uma pessoa aleatória, eu não conhecia ele. [...] Mas como eu não sabia quem era e nunca mais vi na minha vida, **eu não sabia o que fazer**. Quando foram pessoas que eu já conhecia, [...] foi no movimento social que eu encontrei uma forma de agir. Eu comentei com os homens do movimento e falei, olha, preciso que vocês falem com essa pessoa porque... aconteceu mais de uma vez [...] E vocês precisam se reunir com essa pessoa, chamar, puxar ele no canto e falar, olha, isso é inaceitável, você não pode agir assim com mulheres. E assim foi feito. Assim foi feito do que eu soube, pelo menos. Então, foi o que eu encontrei para fazer (Alamanda, 2024, grifo nosso).

Ressalta-se aqui o desconhecimento da comunidade acadêmica acerca das providências que poderiam ser tomadas nestes casos, sobretudo ao se tratar de transeunte. Lima e Barroso (2021, p. 15) puderam levantar na pesquisa realizada pela UFAM que “O desconhecimento dos canais institucionais e o receio de perseguição na universidade também foram destacados como impedimentos para a denúncia”. E não há também sequer alguma preocupação institucional na divulgação dos mecanismos, nem na criação de espaços para realização de denúncias de maneira segura, com direito a acolhimento psicossocial, de saúde e jurídico.

Na tabela abaixo podemos ver um panorama das violências vivenciadas (vide capítulo 2 itens 2.2 e 2.23) bem como as estratégias relatadas, ou a ausência destas.

TABELA 3: Panorama das violências contra as mulheres relatadas durante o grupo, os autores, a relação com o local e estratégia adotada ou nada - N/D.

TIPO DE VIOLÊNCIA	LOCAL DO OCORRIDO	AUTOR DA VIOLÊNCIA	ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELAS VÍTIMAS
Assédio Sexual	UFS	Estudante	N/D
Racismo	UFS	Estudante	N/D
Assédio Sexual	Ônibus	Homem não identificado	Andar rápido
Assédio Sexual	Ônibus	Homem não identificado	N/D
Assédio Sexual	Ônibus	Homem não identificado	Não entrar em ônibus muito cheios
Racismo/Sexismo	UFS - Didática 7	Agente de Segurança	N/D

Fonte: Elaboração da autora.

Percebe-se a escassez das estratégias tomadas para enfrentar as violências. Para Barroso e Lima (2021), medo e vergonha são as principais motivações para que as vítimas não denunciem, bem como, da não percepção da violência. Como consta nos relatos, nem sempre as mulheres identificam imediatamente o episódio de agressão. Martins, Bandeira e Dias (2022) reafirmam que

Situações de violência e assédio vividas no ambiente universitário podem afetar a saúde física e mental das estudantes, inibir seu desenvolvimento intelectual, as impelir para fora da vida acadêmica e, em muitos casos, impactar seu desenvolvimento profissional, além de comprometer relacionamentos futuros relativos à vida amorosa, social e profissional (Martins; Bandeira; Dias, 2022, p. 360).

Após a temática da percepção e dos casos de violência, prosseguimos para questionar acerca da participação das discentes em coletivos, movimentos, entre outras organizações e programas dentro da Universidade, bem como acerca do desenvolvimento de ações sobre a temática de violência contra as mulheres.

A participante Bromélia, que é integrante do Programa de Educação Tutorial - PET, inicia a discussão falando sobre as ações desenvolvidas no ano de 2023.

Quanto às atividades, nós do PET, a gente sempre organiza atividades voltadas a certas temáticas. Ano passado a gente fez muitos eventos. A gente fez numa escola próxima daqui um evento pra mostrar às adolescentes e aos adolescentes os direitos das mulheres e os direitos reprodutivos. Então, foi dividido em dois dias. Aqui na SEMASS (Semana de arte e Serviço Social) também a gente fez três dias sobre debate de questões de gênero. E esse ano nós estamos com atividades programadas pra fazer sobre as questões raciais. Então, é esse o nosso papel que a gente toma pra gente aqui dentro da universidade. Nós debatemos entre nós, nós levamos tanto pra comunidade acadêmica, quanto pra os espaços fora da academia (Bromélia, 2024).

A participante relatou então uma ação específica sobre a VCM nas Universidades e outra que abordou questões de gênero fora da Universidade, reafirmando assim os objetivos do Programa em articular o Ensino, Pesquisa e Extensão na universidade, denotando também as temáticas de importância para o grupo, como a questão de gênero e questão racial. Gardênia é integrante do Centro Acadêmico de Serviço Social Maria Anízia Gois de Araújo - CASSMAGA e aponta que, durante sua participação foram desenvolvidas ações com a temática específica da violência contra as mulheres nas universidades.

Atualmente eu faço parte da atual gestão do Centro Acadêmico enquanto movimento, parte do movimento estudantil. Esse ano a gente realizou a atividade no 8 de março, que foi basicamente uma questão de questionário. Esse foi um questionário que era pra medir nessa questão da violência contra a mulher aqui dentro da universidade. E aí, inclusive, eu não sei como tá o andamento dessa pesquisa. [...] Foi, a gente passou, foi passado um questionário, né, pras mulheres responderem sobre a questão da violência, como você sentia se já tinha sofrido violência aqui dentro. E aí, como o Dália falou, foi barrado. Eu não tava sabendo disso (Gardênia, 2024).

A participante ressaltou que houveram problemáticas institucionais para a realização do mapeamento, e neste momento da discussão, foi possível que as participantes trocassem sobre o tema dentro do grupo. Após o fechamento deste tópico, Dália falou sobre sua trajetória política e militante, bem como as ações que participou.

Eu faço parte do movimento de juventude afronte. É, e faço parte também das mulheres da resistência do PSOL. A gente fez esse ano um seminário, né, sobre o 8 de março e também um dia de luta, data de luta, né, do falecimento de Marielle. A gente fez esse seminário que tinha, foram três dias de seminário que falavam, né, sobre mulheres negras, né, feminismo negro, falavam sobre, acho que a Alamanda pode complementar, porque ela esteve mais ativa nessa, mas enfim, a gente fez esse seminário com o afronte e com as mulheres negras da resistência do PSOL, né. Também faço parte da rede de mulheres negras Rejane Maria. E a gente fez agora, né, o julho, o julho das pretas é o julho dedicado às mulheres negras, né. [...] nesse julho das pretas, a gente sempre aborda, né, sobre a importância da mulher negra, sobre a importância da luta, da resistência e a gente fala também sobre a violência das mulheres negras, né, que é algo muito alarmante, principalmente dentro do Sergipe. Violência doméstica, feminicídio, mulheres negras são estatísticas altíssimas aqui em Sergipe, né. Então a gente sempre traz essa questão do julho das pretas. Fala da capoeira, Bromélia? Não sei, a gente fez na minha turma, não? Foi, aqui na outra janela a gente tem eu e o Bromélia, que faz parte. Eu e Bromélia fazemos parte de um movimento, de um grupo de capoeira, né, aqui da UFS (Dália, 2024).

Alamanda, que é colega de coletivo de Dália, complementa sobre as ações realizadas pelo Afronte e pela resistência de mulheres do PSOL. Estas duas participantes estão envolvidas em mais de um coletivo/movimento.

Então, gente, eu sou também militante do Afronte e da Resistência de Mulheres do PSOL. E sou do Cassmaga também. [...] O Afronte e a Resistência Feminista, que é essa do PSOL que eu tô falando, nós somos um coletivo nacional que existe a partir de 2018, né. Foi quando a gente começou a atuar dentro dessa unidade de movimento. [...] Então, a gente teve um momento quando a Rosa Weber, isso ano passado, tentou passar um protocolo de legislação, quando estava saindo do STF, que ajudaria a legalização do aborto. [...] Então, fizemos mesas, a gente fez uma mesa com as professoras da UFS no Jardim Secreto. Foi um cine-debate sobre aborto, sobre, enfim, discutir sobre a legalização do aborto, sobre as instâncias que estão agora, na época, não é no caso, sobre isso. Isso foi bastante positivo. Isso se traduziu a uma mesa sobre feminismo dentro de uma roda de formação do Afronte, aqui também, isso ano passado, sobre feminismo, LGBTfobia e antirracismo. Foram três mesas dentro desse ciclo de formação. E aí, depois, no passado do ano, a gente encabeça a construção do 8 de março pelo Mulheres do PSOL, junto com alguns outros coletivos de esquerda. [...] Então, a universidade fez mesas contra o assédio e a gente foi tentar construir, fazer o debate lá. Então, fazer panfletagens nos campi de interior, principalmente Itabaiana e Lagarto, que a gente foi, junto com alguns mandatos, para entregar violentômetros, de sensibilização mesmo, para as pessoas entenderem a violência, mas também para denunciar a falta de atuação da universidade. [...] a última vez que o movimento feminista esteve mais ativo foi na época do PL 1904, que, conjuntamente, de novo, a gente conseguiu estar dirigindo esse movimento também. Fizemos dois atos aqui em Aracaju, também convidamos na UFS, foram bastantes movimentos estudantes da universidade, bastantes estudantes da UFS também [...] (Alamanda, 2024).

Para facilitar a visualização do leitor destas ações, sintetizamos em uma tabela que associa as ações desenvolvidas com os coletivos/movimentos/programas e as temáticas que foram abordadas. Vale ressaltar que apenas em uma delas a temática da violência aparece de maneira geral e não focalizada no espaço universitário, contudo, traz o panorama geral de Sergipe.

TABELA 4: Ações realizadas pelos coletivos/movimentos/programas voltados a temática da violência contra as mulheres nas universidades

PARTICIPANTE ENVOLVIDA	COLETIVO/MOVIMENTO/PROGRAMA	AÇÃO	TEMÁTICAS
Bromélia	PET Serviço Social	Roda de conversa em escola municipal	Direitos das Mulheres e Reprodutivos
Bromélia	PET Serviço Social	Semana de Arte e Serviço Social - SEMASS	Violência de gênero no espaço acadêmico
Gardênia	CASSMAGA	Intervenção	Alusão ao 8 de março
Gardênia	CASSMAGA	Questionário/Mosquito	Pesquisa sobre violência contra as mulheres nas Universidades
Dália	Resistência de Mulheres do PSOL e Afronte	Seminário	Alusão ao dia 8 de março e feminismo negro
Dália	Rede de Mulheres Negras Rejane Maria	Julho das pretas	Violência contra as mulheres em Sergipe, feminicídio

Dália	Capoeira no campus	Roda de conversa	Capoeira como forma de defesa para mulheres
Alamanda	Resistência de Mulheres do PSOL e Afronte	Cine-debate	Aborto e direitos reprodutivos
Alamanda	Afronte	Roda de formação	Feminismo, LGBTfobia e antirracismo
Alamanda	Afronte	Panfletagem	Assédio no espaço universitário
Alamanda	Afronte	Atos públicos	Contra a PL 1904 que equipara qualquer tipo de aborto ao crime de homicídio

Fonte: Elaboração da autora.

A tendência levantada nesta pesquisa coaduna com autoras feministas a exemplo de Queiroz e Diniz (2021), que apontam a atuação dos movimentos sociais e coletivos para realizar denúncias, escrachos, atos, ações de extensão para discutir a temática, na ausência das iniciativas institucionais:

Ainda, outro aspecto que legitima esse poder se materializa nas estruturas institucionais que pouco avançam em políticas e ações para o enfrentamento das ocorrências. Na maioria das vezes, as ações nas universidades se dão por iniciativas isoladas de coletivos de mulheres, projetos de pesquisa e extensão de professoras, campanhas de conscientização, distribuição de material informativo e palestras educativas, dentre outros (Queiroz; Diniz, 2021, p. 149).

Foi nossa intenção, também, investigar a atuação dos coletivos e movimentos em casos específicos, caso já tivessem recebido e tomado conhecimento dos fatos. Alamanda trouxe um caso recebido pelo Afronte, que possui uma ouvidoria própria para recebimento destes casos, mas que não teve prosseguimento do caso.

Foi uma estudante que é do movimento também, veio falar para a gente sobre um caso que aconteceu no curso dela. O curso dela é um curso que tem muita prática. E aí tinha um estudante que fazia parte de uma extensão, que era uma dessas extensões, fazer parte dessa prática, ser a pessoa que ia dirigir aquela prática. E aí ele se utilizava disso para praticar assédio com as meninas. Então ele tocava as mulheres, é um curso de bastante contato. Então, tipo assim, tocava, falava coisas, ficava, enfim, bastante inapropriado. Um claro caso de assédio. E aí ela veio falar conosco, procurou a direção do movimento. E aí eu peguei o caso para estar ajudando ela nessa situação. E aí de início a gente buscou o sindicato dos técnicos da UFS e a associação dos docentes. Então a gente foi com a ADUFS e com o SINTUFS. A gente reuniu tanto com a diretoria do SINTUFS e também com a diretoria da ADUFS para relatar esse caso e perguntar o que fazer. Porque foi a primeira vez que teve um caso da UFS que veio até a gente. E aí elas disseram duas coisas. E depois a gente foi também atrás do mandato de Sônia Meire para conseguir um aporte jurídico. Primeiro, nessa parte da ADUFS, elas sugeriram que a gente

escrevesse uma denúncia para a ouvidoria e também que fosse denunciar para o departamento dessa pessoa. E aí foi o que foi feito (Alamanda, 2024).

Neste caso relatado, a articulação entre as diferentes entidades de base da UFS foi necessária para a postulação de quais estratégias tomar. Embora a violência tenha sido perpetrada por um aluno, não havendo hierarquia entre estes, também não há medidas cabíveis estabelecidas para a responsabilização dos agressores.

É possível perceber, desse modo, que tais violências não se distinguem muito das que ocorrem nos espaços de trabalho: os assediadores são quase sempre homens, docentes, técnicos administrativos ou estudantes. As especificidades surgem a partir da imbricação das relações sociais que se materializam nesse espaço, mundo, instituição e ambiente profissional (Queiroz; Diniz, 2021, p. 149).

Enquanto movimento estudantil, que se atém às demandas dos e das discentes, encabeçaram o caso procurando canais institucionais e não institucionais para resolução da problemática.

A gente foi até o departamento dela, teve uma reunião do colegiado do curso, do conselho do curso, em que foi denunciado e foi muito ruim a abordagem do departamento. O departamento chamou a pessoa para participar da reunião para que ele pudesse se defender das denúncias. O que não é um protocolo correto a partir da denúncia, mas enfim. E aí colocaram eles para se embater. Então tipo assim, todas as estudantes que participaram daquilo. E ele foi ele, a pessoa que cometeu a violência, e ele levou duas testemunhas com ele. E aí eles tiveram um embate durante a reunião do conselho, do curso, que foi online. E aí não foi tirado alguma coisa. [...] E aí as estudantes ficaram bastante desmotivadas. Elas não queriam mais. Algumas das vítimas se formaram nesse processo. E a pessoa que cometeu a violência, o cara que está quase se formando, vai se formar em breve. E aí as pessoas se formaram, não tinham mais interesse em fazer. E as meninas também estavam bastante desmotivadas. Então a gente já tinha buscado assessoria jurídica com a professora Sônia Meire, mas elas não quiseram continuar o processo. E também não quiseram falar com a ouvidoria. Abandonaram assim o processo. E aí ficou por isso. Depois da denúncia com o conselho do curso, do colegiado. Não sei (Alamanda, 2024).

A exposição da vítima ao próprio agressor vai de encontro com o que se já tem avançado até no âmbito jurídico de julgamento dos processos, ainda que a própria estrutura do judiciário carregue aspectos patriarcais e racistas em si. O protocolo unificado de combate e prevenção à violência (OAB, 2024) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Sergipe atenta à Lei Maria da Penha, que prevê atendimento seguro às vítimas de violência de gênero, de maneira a prevenir a vitimização ou revitimização. Contudo, nas universidades, aparentemente um espaço “sem lei” as vítimas de VCM continuam a ser expostas a seus agressores diariamente.

Em um contexto de ausência de políticas de acolhimento, seguido dos aspectos como medo, vergonha e desconhecimento, ressaltados por Barroso e Lima (2021), não haveria uma tendência diferente a não ser o abandono do processo. Dália relatou no grupo outra denúncia:

Em relação à denúncia, né, durante o julho das pretas, um membro, né, da rede de mulheres, ela sofreu uma violência doméstica. Enfim, ela conversou com a gente, né, enquanto coordenação e foi desesperador, assim, porque, enfim, né, é aquilo, né, mulheres pretas de luta. A gente... dá uma dor no coração muito grande, né, e ela trouxe isso pra gente. Foi realmente muito doloroso. E a gente judicializou. A gente não esperou três vezes ou duas, a gente judicializou na hora e o processo ainda tá correndo. Mas, enfim, aconteceu esse caso e a gente, justiça mesmo. E é assim que funciona (Dália, 2024).

Já neste outro relato, o incentivo e o fortalecimento dentro do coletivo foi de suma importância para abrir o processo de responsabilização contra o autor de violência. A experiência tratada por Adrião *et al.* (2022), de um coletivo feminista na UFPE, demonstrou como o fortalecimento do grupo em dar visibilidade às denúncias e ao debate incentivou outras mulheres a denunciarem seus casos também. Gardênia e Dália relataram que já houveram casos de assédio moral recebidos pelo Centro Acadêmico.

Eu acho que [...] poderia se enquadrar na prática com alguns professores, os calouros, que entraram. Foram as três pessoas que chegaram para relatar sobre essa questão. [...] É um homem, que é de economia, e a professora de sociologia. A de sociologia, ela fica impondo que não pode sair para ir ao banheiro, não pode pegar o celular na aula. O de economia, ele fala uma coisa assim, bem escrota durante a aula. [...] são várias formas de violência. E é como você estava falando aqui sobre a questão do bolsista. Ai, o que é que se pode fazer? Assim, um bolsista, um estudante, tecnicamente não deu em nada, o que ele vai fazer contra um professor titular de um outro departamento, né? (Gardênia, 2024).

Dália complementa a fala ressaltando que “[...] também nesse mês, nessa mesma questão, ele desrespeitava as alunas, desrespeitava o horário, as alunas que tentavam dialogar com ele, ele desrespeitava completamente” (Dália, 2024). E isto demonstra na prática dados coletados anteriormente sobre a UFS.

Barroso e Santos (2022) mapearam as denúncias da ouvidoria da UFS, e os dados encontrados mostram que a categoria “Relacionamento aluno/professor” possuía um quantitativo alto de registros em detrimento do restante das categorias apresentadas pelos relatórios estudados. A hierarquização, a cultura do assédio, das constantes humilhações conferem poder à figura do professor, que se utiliza deste local para assediar e abusar discentes. Para Martins, Bandeira e Dias (2022):

Esta situação de aparente normalidade com que a violência muitas vezes é praticada no contexto universitário convida-nos a refletir sobre a possibilidade de haver uma

legitimação ou tolerância social do uso da violência nas relações interpessoais e na convivialidade nos/dos espaços universitários (Martins; Bandeira; Dias, 2022, p. 360).

Diante disso, o Centro Acadêmico se posicionou, e Dália continua a fala

A gente foi ao departamento, conversamos com o chefe do departamento, o chefe do departamento pediu para a gente fazer uma carta, denunciar na ouvidoria, enquanto CASSMAGA, a gente não envolveu as estudantes nesse processo, mas enquanto CASSMAGA, a gente assinou. Então, a gente fez essa carta, enviamos para o departamento, o departamento substituiu o professor e colocou um substituto. Nesse caso recente, a gente entrou em contato com o centro acadêmico de ciências sociais. A gente conversou com o centro acadêmico, o centro acadêmico também falou que já tinha casos dessa professora com desrespeito aos estudantes. A gente ainda está correndo atrás de uma carta de denúncia para gente enviar para o departamento. E o caso da economia é um pouco mais difícil, porque a gente não tem muita rede de apoio. A economia é um curso majoritariamente masculino, ele é muito antigo na casa, e, assim, ele é extremamente desrespeitoso, muito machista, muito misógino, muito escroto, escroto mesmo [...] (Dália, 2024).

Coadunamos com Adrião *et al.* (2022, p. 419) quando afirma que a realidade da universidade brasileira demonstra a “recorrência de práticas racistas patriarcais que no cotidiano acadêmico se concretizam dentro e nos arredores do campus nas relações pessoais e institucionais hierárquicas onde opera colonialidade de gênero”. A imposição do poder, o desrespeito, e as recorrentes humilhações fragilizam a permanência das mulheres nestes espaços.

A articulação com os demais centros acadêmicos também são importantes para pressionar os departamentos, para o afastamento do docente da turma em questão, ainda que eles não sejam responsabilizados, punidos ou conscientizados acerca do ato cometido.

TABELA 5: Casos recebidos pelos coletivos/movimentos/programas e providências tomadas

COLETIVO/MOVIMENTO/PROGRAMA	CASO RECEBIDO	PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELO COLETIVO
Afronte	Assédio Sexual de estudante para estudante	Denúncia ao departamento, articulação com as entidades de base da universidade e assessoria jurídica para as vítimas
CASSMAGA	Assédio moral contra turma por professor de Economia	Envio de carta denúncia ao departamento de Economia e articulação com Centro Acadêmico
CASSMAGA	Assédio moral contra turma por professora de Sociologia	Envio de carta denúncia ao departamento de Sociologia
Rede de Mulheres Negras de Sergipe	Violência doméstica	Processo Judicial

Fonte: Elaboração da autora.

A tabela acima demonstra os casos recebidos pelas instâncias estudantis que tiveram as devidas providências tomadas coletivamente, denotando, assim, a relevância da atuação dos movimentos estudantis no recebimento de casos e na movimentação política, para dar visibilidade aos casos.

A escassez de recursos institucionais para a realização de denúncias e instauração de processos ainda se mostram como grandes obstáculos a serem superados dentro da UFS. Os relatos registrados no capítulo 2 e no presente capítulo desta pesquisa indicam que há desconhecimento por parte das vítimas e também a imposição de barreiras institucionais para que sejam levados a frente os casos de VCM.

As forças políticas organizadas se utilizam, conforme esta pesquisa, de estratégias de articulação entre as chefias do departamento, como, por exemplo, a participação em reuniões do colegiado, ou a produção de cartas de repúdio, solicitação de troca de docente, denúncias públicas, atos e mesas redondas para dar visibilidade aos casos, em uma tentativa de movimentar a opinião pública sobre os ocorridos. Há também o descrédito da ouvidoria da instituição, que se mostra proforma.

Após a última pergunta, finalizamos o grupo, realizando as necessidades protocolares de conferência de assinaturas dos termos, e esclarecimento de possíveis dúvidas acerca dos resultados da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É visto que o debate da violência contra as mulheres nos espaços acadêmicos se constrói como um objeto de estudo em expansão, contudo, não se pode negar a dificuldade em apreender a dimensão do espaço universitário enquanto particular para os tipos de violências perpetradas, bem como acerca das estratégias institucionais e não oficiais para enfrentar, combater e resistir.

A temática da violência contra as mulheres, também sendo um objeto em expansão, aparece em diversas entidades, movimentos, grupos de estudo, mas em sua maioria atinente ao âmbito doméstico. Contudo, os estudos mais recentes vêm ressaltando a presença desta violência em outros âmbitos e aspectos da sociedade. A exclusividade do lócus doméstico para a mulher não é a única realidade encontrada no momento atual da sociedade capitalista.

Não se pode negar a visibilidade que os coletivos feministas promoveram para a temática, seja com denúncias, escrachos, judicialização de casos, e até criação de núcleos para atendimento de vítimas. O movimento feminista teve importância central em tornar visível para a sociedade as violências ocorridas dentro do espaço acadêmico.

O movimento estudantil, embora em suma maior parte do tempo ocupada com outras temáticas, tem de forma embrionária também pautado acerca das violências contra as mulheres no espaço universitário, principalmente após a eclosão dos casos emblemáticos, com impulsionamento midiático em todo o Brasil.

Neste diapasão, a dialética da realidade proposta por Marx se apresenta claramente neste objeto e dentro desta pesquisa: se por um lado observa-se a persistência dos casos de violência contra as mulheres, estas são a maioria dentre os matriculados, e urge também movimentações de resistência, denúncias e articulações para enfrentar a problemática. Nenhuma dinâmica no capitalismo é neutra e sempre há uma contra narrativa que se opõe à realidade imposta pela burguesia, e estes dados reais demonstram a quebra de narrativa da passividade feminina, alheia e esvaziada de sentido em suas ações.

Com o fulcro de compreender as relações estabelecidas dentro do espaço acadêmico, a pesquisa bibliográfica realizada apontou para a historicidade do espaço universitário enquanto lócus elitizado, por muito tempo inacessível ao público minoritário e marginalizado. As mulheres adentram esse espaço sem políticas para sua manutenção e com uma estrutura hierarquizada que confere poder majoritariamente aos homens.

E, tomando por considerações que a sociedade patriarcal-racista-capitalista possui a violência como base das relações estabelecidas, nas universidades isso não se dá de forma distinta. Ocasionalmente situações de violências como desqualificação, assédio moral e sexual, feminicídio, racismo, humilhações, estupro, violência moral e psicológica. Os autores das agressões não se esvaziam apenas na figura do professor, mas também perpassam pelas figuras de estudantes, técnicos, agentes de segurança, transeuntes que transitam pelos campi.

Foi possível perceber durante esta pesquisa que existem percepções de que, por ser majoritariamente feminino, o curso de Serviço Social não produziria violência ou a impediria de ocorrer. Contudo, durante os relatos, reiteram-se as situações de violência nas vivências das participantes. Por outro lado, na trajetória destas participantes em específico, o curso possibilitou o contato com os movimentos sociais, coletivos e programas que pautam de forma crítica a situação da mulher na sociedade.

Embora exista uma tradição militante no curso e na profissão, e a feminização da profissão seja uma realidade, não existem dados palpáveis para demonstrar a isenção do espaço do Serviço Social com relação às violências e preconceitos. Também, não se torna claro as ações de combate e enfrentamento do próprio curso com relação à temática, sendo uma preocupação mais encabeçada pelo próprio Centro Acadêmico, fruto das denúncias e reclamações feitas pelos estudantes.

A realidade reafirma também a nossa hipótese de que, frente à desproteção institucional, existem ações, ainda que tímidas, que tentam em se posicionar frente às violências, mesmo que o nível de resolutividade seja mínimo. O desencorajamento das vítimas, a paralisação frente a uma violência e a ausência de acolhimento continuam sendo aspectos relevantes na realidade da UFS.

Outrossim, o objeto da realidade desvela os aspectos demonstrados na teoria, a exemplo, quando os relatos de casos de racismo/sexismo estão atuando de forma imbricada nas vivências das mulheres negras que contribuíram com esta pesquisa. Os sistemas de maneira nenhuma atuam de forma isolada, mas coadunam entre si para favorecer os objetivos do capital.

Pode-se apontar também que, neste contexto, em que as vias institucionais reiteram a violência institucional negando acolhimento e encaminhamento para as denúncias realizadas, os movimentos estudantis e coletivos tem atuado tanto no recebimento de casos, como na realização de denúncias e protestos junto à comunidade acadêmica, judicialização externa a universidade e acolhimento das vítimas. Isto demonstra o papel fundamental das resistências

não institucionais no tensionamento político dentro da instituição para a tomada de decisões e para dar visibilidade à temática.

Esta pesquisa demonstra a relevância da temática dentro do Serviço Social, que tem se empenhado em conhecer a violência contra as mulheres em toda a sociedade, por isso chamamos a atenção para o espaço universitário. É relevante para conhecer a realidade das e dos estudantes, professoras e professores, assistentes sociais da educação superior, mas também conhecer esta face da violência que demonstra aspectos comuns a outros espaços.

A criação de uma política de combate e enfrentamento a violência contra as mulheres nos espaços acadêmicos é uma demanda gritante apontadas nas pesquisas realizadas dentro deste tema, e na UFS, a proporção de casos que não tomaram prosseguimento aponta para a necessidade urgente e primária. Também, a postulação de protocolos em casos de violência são estratégias já utilizadas em outras instituições que poderiam ser replicadas.

Reiteramos também a necessidade de ações afirmativas no combate e enfrentamento a violência, bem como a expansão deste debate, com ampliação de financiamento pelas agências de pesquisa, buscando a criação de estratégias efetivas para serem aplicadas e também financiadas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. M. CARDOSO, F. G. **Mobilização social e práticas educativas.** In: ABEPSS; CEFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 593-608.
- ADUFS. **Nota de repúdio:** Pelo reforço às manifestações presenciais em assembleias coletivas de forma pacífica e respeitosa. Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <https://adufs.org.br/conteudo/2291/nota-de-rep-dio>. Acesso em 22 nov 2024.
- ADUFS. **Somos todas Sandra Aiache!** Nota da Diretoria da ADUFS sobre mais um caso de violência contra as mulheres na UFS. Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <https://adufs.org.br/conteudo/2351/somos-todas-sandra-aiache>. Acesso em 22 nov 2024.
- ADRIÃO, K. G. *et al.* **A Universidade é pública, nosso corpo não:** trajetórias de um coletivo feminista na Universidade Federal de Pernambuco. In: Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. Brasília: OAB Editora, 2022.
- ALAGOANO, V. M. **O debate do movimento feminista na produção acadêmica do Serviço Social.** 2016. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.
- ALMEIDA, H. B. H. Violence sexuelle et de genre à l'université: du secret à la bataille pour la reconnaissance. Brésil(s): **Sciences Humaines et Sociales**, 16, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/bresils/5348>. Acesso em 20 mar. 2024.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.
- ALMEIDA, T. M. C. ZANELLO, V. **Visões sobre a Violência contra as Mulheres nas Universidades:** uma introdução à problemática no Brasil e na América Latina. In: Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. Brasília: OAB Editora, 2022.
- BARROS, V. **Universidade e violência contra as mulheres:** vamos falar sério? União Nacional dos Estudantes, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.une.org.br/2014/11/universidade-e-violencia-contra-as-mulheres-vamos-falar-serio-2/>. Acesso em 03 ago. 2024.
- BARROSO *et al.* **Violência Contra Mulheres no Espaço Acadêmico:** uma análise dos registros da ouvidoria da Universidade Federal de Sergipe no período de 2019 a 2020. In: Violência e Trabalho na Universidade. Milena Fernandes Barroso e Valmiene Florindo Farias Sousa (orgs.). Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023.
- BARROSO, M. F. **“O começo do fim do mundo”:** violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte. 2018. 385 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BARROSO, M. F. **Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista**. In: Serviço Social Sociedade, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

BARROSO, M. F. LIMA, R. R. **Universidade sem violência: um direito das mulheres**. Milena Fernandes Barroso e Raissa Ribeiro Lima (orgs), Manaus: EDUA / São Paulo: Alexa Cultural, 2021.

BARSTED, L. L. **O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil**. In: SARDENBERG, C.M.B., and TAVARES, M.S. comps. Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 17-40. Bahianas collection, vol. 19. ISBN 978-85-232-2016-7.

BELLINI, D. M. G.; MELLO, R. R. **As contribuições científicas para a prevenção e superação da violência de gênero nas universidades**. In: Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. Brasília: OAB Editora, 2022.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição revista e corrigida. São Paulo: Editora Vida, 2011.

BOITO Jr., A. **“O neofascismo no Brasil”** (coletânea de 4 artigos publicados no Brasil de fato entre janeiro e abril de 2019). Disponível em: <https://laboratorios.ufrj.br/lieri/wp-content/uploads/sites/7/2019/05/Boletim-1-O-Neofascismo-no-Brasil.pdf>. Acesso em 20 nov. 2024.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. A Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006.

BRAZÃO, A. OLIVEIRA, G. C. **Violência contra as mulheres: uma história contada em décadas de lutas**. Orgs. Analba Brazão e Guacira Cesar de Oliveira. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2010.

BUENO, S. *et al.* **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil: sumário executivo**. 4. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, TUBENTO. Matriarcado africano: uma análise nos escritos dos feminismos. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 17, n. 33, p. 305-328, 2021.

CERQUEIRA, D. BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Código de Ética da/o assistente social. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: CFESS, 2011.

CGU. **Painel resolveu?** Fala.Br. Controladoria Geral da União, 2024. Disponível em: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu>. Acesso em 30 jul 2024.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp. Acesso em: 30 dez. 2023. 2001.

CISNE Álvaro, Mirla; Régia Fernandes Gehlen, Vitória. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres? : uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão**. 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

COLLINS, P. H. BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, A. A. SARDENBERG, C. M. B. Teoria e Práxis Feministas na Academia: os núcleos de estudos sobre a Mulher nas Universidades Brasileiras. Rev. **Feminismos**, Vol.2, N.2, Maio - Ago. 2014.

COSTA, M. A. R. **Feminismo, gênero e serviço social: avanços, contradições e rebatimentos na formação profissional**. 2017. 183f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

CRUZ, M. H. S. FRANÇA, V. L. A. **Educação feminina: memória e trajetórias de alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Estância-Sergipe (1950-1970)**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2011.

D'OLIVEIRA, A. F. Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. **Interface** (Botucatu. Online), v. 23, p. 1-3, 2019.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DINIZ, M. I. **Mulheres como eu, mulheres como as outras: desvelando o assédio moral e sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte**. 2014. 338 f. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ENESSO Feminista. **Cartilha Enesso Feminista**. [s.l.] 27 Jan. 2015. Facebook: enessofeminista. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100071523814175>. Acesso em 03 ago. 2024.

ENESSO Nacional. **Eixo de Combate às Opressões**. [s.l.] 16 fev. 2023. Instagram: @enessonacional. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CovJtj-P3Lh/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em 03 ago. 2024.

ENESSO. **Cartilha Enesso feminista**. Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, 2013. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/03/cartilha-nesso-feminista-1.pdf>. Acesso em 19 abr. 2024.

ENESSO. **Cartilha História da ENESSO**. Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, 2014. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/06/histc3b3ria-da-enesso.pdf>. Acesso em 03 ago. 2024.

ENESSO. **Estatuto da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social**. ENESSO: Curitiba, Paraná, 2019. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/10/estatuto-revisado-2019-3.pdf>. Acesso em 03 ago. 2024.

ENESSO. **Quem somos?** Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, 2020. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em 03 ago. 2024.

ENGELS, F. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). **Revista Trabalho Necessário**, v. 4, n. 4, 12 dez. 2006.

FARIA, N. ARAÚJO, M. L. **Caminhos e desafios do movimento feminista na luta contra a violência contra a mulher**. In Medina, Lígia L. G. *et al.* (org.). Trilhando caminhos no enfrentamento à violência contra as mulheres. Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2019, p.86-95. Disponível em: https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo_Violencia_LivroTrilhandoCaminhos.pdf. Acesso em 04 ago. 2024.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERRAZ, *et al.* Violência contra a mulher em vias públicas. **Revista O Social em Questão**. Ano 21, n. 43 - jan.-abr./2019.

FREITAS, A. G. B. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

G1 DF. **Homem que matou ex-namorada no DF em 1987 é preso na Alemanha**.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/homem-que-matou-ex-namorada-no-df-em-1987-e-preso-na-alemanha.ghtml>. Acesso em 20 nov. 2024.

G1 PI. **Caso Janaína: entenda como ocorreu estupro e assassinato de estudante dentro de sala de aula na UFPI**. Disponível em

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/02/06/caso-janaina-entenda-como-ocorreu-estupro-e-assassinato-de-estudante-dentro-de-sala-de-aula-na-ufpi.ghtml>. 2023. Acesso em 20 ago. 2023.

G1 PI. **Caso Janaína: 'Equívoco' da UFPI causa suspensão do julgamento de réu por estupro e homicídio em sala da instituição**. Disponível em

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/08/17/justica-suspende-julgamento-de-thiago-mays-on-acusado-de-estuprar-e-assassinar-estudante-em-sala-da-ufpi.ghtml>. 2023. Acesso em 20 ago. 2023.

G1 SE. **Grupo de alunos da UFS denuncia professora do curso de dança por assédio moral, violência psicológica e xenofobia.** Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2023/05/20/grupo-de-alunos-da-ufs-denuncia-professora-do-curso-de-danca-por-assedio-moral-violencia-psicologica-e-xenofobia.ghtml>. 2023.

Acesso em 13 mai. 2024.

GAMA, F.; BALDISSERA, M. **Violências contra Mulheres em Universidades Brasileiras:** escrachos, denúncias e mediações. In: Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. Brasília: OAB Editora, 2022.

GOMES, R. F. **“Arreda homem, que aí vem mulher!”:** as pombagiras de umbanda e o empoderamento feminino. 2019. 222 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) - Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias, 2019.

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano:** Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 2020.

GOV. BR. **Casos de denúncias de assédio sexual contra professores da Universidade Federal de Sergipe.** Controladoria Geral da União, Brasília, 2023. Disponível em: <https://buscalai.cgu.gov.br/PedidosLai/DetalhePedido?id=4741839>. Acesso em: 06 mai. 2024.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia *et al.* **A economia do império brasileiro.** São Paulo: Atual, 2004.

HOOKS, B. **“E eu não sou uma mulher?”:** Mulheres negras e feminismo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LERNER, G. **A Criação do Patriarcado:** História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MACHADO, B. A. **A formação do Movimento de Mulheres Negras no Brasil (1978 - 2000):** Uma abordagem a partir da teoria da reprodução social. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

MADRUGA, M. N. HELING, J. E. DUARTE, F. G. A. A importunação sexual no transporte coletivo de Pelotas – RS. **Rev. Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 07, nº 01, p. 80-101, 2021.

MARTINS, A. C. L.; BARROSO, M. F.; LIMA, R. R.; RODRIGUES, T. C. O (não) lugar das mulheres na universidade. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 340–360, 2022. DOI: 10.5433/1679-4842.2022v25n2p340. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/46247>. Acesso em: 15 set. 2024.

MARTINS, A. P. A. BANDEIRA, L. M. DIAS, F. M. **Equidade de gênero na educação superior:** retratos de violências contra estudantes no contexto de políticas institucionais. In: Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. Brasília: OAB Editora, 2022.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MENDONÇA, A. W. P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 131–150, maio, 2000.

MILLETT, K. **Política sexual.** Lisboa: Dom Quixote, 1974.

MOTTA, D. C. Desvendando Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 22, n. 40, p. 149–160, 2019. DOI: 10.23925/ls.v22i40.46662. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46662>. Acesso em: 20 nov. 2024.

NASCIMENTO, D. B. **Memórias da primeira turma mista: a inserção das mulheres no Colégio Agrícola Manoel Barata.** 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Linguagens e Saberes na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Bragança, 2018. Disponível em: <http://10.0.2.15:8080/jspui/handle/prefix/223>. Acesso em: 18 mar 2024.

NETTO, J. P. BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica.** 3.ed. São Paulo, Cortez: 2007.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 7^a.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 14^a ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OAB Sergipe. Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. **Protocolo unificado de combate e prevenção à violência de gênero e de acolhimento às pessoas em situação de violência.** Aracaju: OAB Sergipe, 2024. Disponível em: <https://oabsergipe.org.br/wp-content/uploads/2024/05/OAB-PROTOCOLO-UNIFICADO-DE-COMBATE-A-VIOLENCIA.pdf>. Acesso em 15 set. 2024.

OLIVEIRA, F. C. O Matriarcado e o lugar social da mulher em África: Uma abordagem afrocentrada a partir de intelectuais africanos. **Odeere**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 316-339, 2018. DOI: 10.22481/odeere.v3i6.4424. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/4424>. Acesso em: 21 jan. 2024.

OLIVEIRA, *et al.* Grupo Focal: uma técnica de coleta de Dados numa investigação Qualitativa? **Cadernos da Fucamp**, v.19, n.41, p.1-13/2020.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PANHO, I. A. **Pesquisa aponta que quase um terço dos brasileiros já trocou de religião: Levantamento indica que essa intensa modificação pode repercutir na disputa política.** Revista VEJA, 17 mai. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/pesquisa-aponta-que-quase-um-terco-dos-brasileiros-ja-trocou-de-religiao>. Acesso em: 11 jul. 2024.

PARIZI, V. G. **O livro dos Orixás: África e Brasil,** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PINTO, A. V. **A questão da universidade**, São Paulo: Cortez, 1994.

PORTO, M. CHAVES, S. C. **Quando a comunidade universitária vai ao Judiciário enfrentar a Violência Institucional contra as Mulheres**. In: Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. Brasília: OAB Editora, 2022.

QUEIROZ, F. M. DINIZ, M. I. **Assédio Sexual contra mulheres nas universidades: entre a invisibilidade e a naturalização**. In: Violência contra as mulheres nas universidades. Milena Fernandes Barroso (org.). Manaus: EDUA/ São Paulo: Alexa Cultural, 2021.

ROCHA, C. M. *et al.* **Do silenciamento ao enfrentamento: experiência do Coletivo Marielle Franco - mulheres UFJF nas ações de combate à violência de gênero no ambiente universitário**. In: Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. Brasília: OAB Editora, 2022.

SAFFIOTI, H. I. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. I. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 16, p. 115–136, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644541>. Acesso em: 27 fev. 2024.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, H. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 71-75.

SANTOS, Adrielma Silveira Fortuna dos. **Movimento estudantil universitário de Sergipe: modelos de organização, redes sociais e engajamento individual (2000-2015)**. 2016. 233 f. Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

SANTOS, D. **Censo da Educação Superior em Sergipe – 2020**. AJN1, 26 fev. 2022. Disponível em: https://ajn1.com.br/type_blogs/censo-da-educacao-superior-em-sergipe-2020/. Acesso em 10 ago. 2024.

SANTOS, J. E. A. **Coletivos estudantis feministas e internet**. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Ciências Sociais, Viçosa, 2021.

SILVA, C. S. M. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

SOUSA, A. S. A; SANTOS, D. R. Viva 1993! A ontologia do Ser Social ainda é “uma arma quente”. **Temporalis**, [S. l.], v. 23, n. 46, p. 24–37, 2023. DOI: 10.22422/temporalis.2023v23n46p18-31. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/42378>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SOUSA, C. P. TARDIVO, G. P. HAACK, M. C. Localizando a mulher escravizada nos Mundos do Trabalho. **Rev. Cantareira**, Rio de Janeiro, 34º ed. Jan/Jun, 2021.

SOUSA, V. F. F. S. LIMA, R. R. SILVA, D. R. **Preconceito e discriminação contra Mulheres na Universidade**: contradições e expressões. In: Violência contra as mulheres nas universidades. Milena Fernandes Barroso (org.). Manaus: EDUA/ São Paulo: Alexa Cultural, 2021.

TERRA, B. P. DA LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA AO CRIME DE FEMINICÍDIO: uma análise feminista ao enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. **LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 66-89, abr. 2021. ISSN 2594-8261. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/516>. Acesso em: 04 ago. 2024. Doi: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v5n1p66-89>.

UFS. **História**: Conheça a UFS, 2024. Disponível em: <https://www.ufs.br/pagina/432>. Acesso em: 27 fev. 2024.

UNE. **Carta pelo fim da violência contra as mulheres nas universidades**. União Nacional dos Estudantes, 2023. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/carta-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres-nas-universidades>. Acesso em 19 abr. 2024.

UNE. **Cartilha de enfrentamento à violência contra as mulheres na universidade**. União Nacional dos Estudantes, 2023. Disponível em: <https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2023/07/Cartilha-de-Enfrentamento-a-Violencia-Contra-as-Mulheres-na-Universidade.pdf>. Acesso em 19 abr. 2024.

UNE. **UNE e Ministério das Mulheres vão investigar violência contra universitárias**. União Nacional dos Estudantes, 2023. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/une-e-ministerio-das-mulheres-vao-investigar-violencia-contra-universitarias>. Acesso em 03 ago. 2024.

WALBY, S. **Theorizing Patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
ZANELLO, V.; FIUZA, G.; COSTA, H. S. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 238–246, set. 2015.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 4º ed. São Paulo: Editora UnB, Imprensa Oficial, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DE PERGUNTAS E CONDUÇÃO DE GRUPO FOCAL

Roteiro de Grupo Focal

Facilitadoras: Cláudia Raquel Cardoso (Pesquisadora)

Data: 08/08/2024

Local: UFS - Sala 48 - Prédio do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas I

Horário: 16h-17h30

Duração: 1h30

1. Coffee Break para participantes

2. Apresentação de facilitadores:

Esta pesquisa versa sobre as estratégias não institucionais de enfrentamento à violência contra mulheres na Universidade. Nós compreendemos a violência contra mulheres enquanto estrutural na sociedade patriarcal-racista-capitalista e que se faz presente também dentro da Universidade.

Não nos é estranho ouvir pelos corredores da instituição casos de assédio ou abuso sexual, abuso de poder em sala de aula, alunas que são submetidas às situações vexatórias na frente de outros discentes, casos de assédio moral entre professor e alunos ou entre professores e professoras, alunos e alunas. Mas também, sabemos que estamos aqui porque a muito custo criamos formas de subsistir nesta realidade.

Nesse momento gostaríamos de conhecer as participantes, lembrando que não serão divulgados dados das participantes, mas utilizaremos nomes de flores para remeter à cada fala das participantes resguardando o sigilo e a ética na pesquisa científica com humanos.

3. Perguntas norteadoras

- Qual a sua percepção sobre a violência contra mulheres na UFS?
- Já vivenciou alguma situação de violência na UFS ou no curso?
- Se sim, precisou adotar alguma estratégia frente a situações de assédio moral ou sexual, abuso sexual ou moral, perseguição, humilhações, etc? Quais foram?
- Você participa de algum coletivo de mulheres ou outro movimento? Qual(s)?
- Durante a participação no movimento/coletivo houve alguma ação voltada à temática?
- Já receberam casos enquanto movimento e quais os encaminhamentos?

4. Encerramento do grupo

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Estudo: **MULHERES, UNIVERSIDADE E VIOLÊNCIA**: uma análise das estratégias não institucionais de enfrentamento à violência contra as mulheres na Universidade Federal de Sergipe no período de 2022 a 2023

Pesquisador Responsável: **CLÁUDIA RAQUEL CARDOSO FARIAS MARTINS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é analisar as estratégias não institucionais de enfrentamento a violência contra as mulheres na Universidade Federal de Sergipe entre 2022 e 2023 e tem como justificativa sua extrema relevância para pensar o modelo de educação que tem sido aplicado no Brasil, assim como os espaços de poder que historicamente tem conformado o ambiente universitário, as contradições e disputas da sociedade que se replicam dentro das universidades.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: participação em grupo focal com cerca de 6 a 8 participantes com a temática sobre estratégias não institucionais de enfrentamento a violência contra mulheres no espaço acadêmico. Tendo duração de aproximadamente 1h30, com registro dos fatos ocorridos e falas de todos os participantes durante o grupo.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa são despertar possíveis gatilhos em vítimas de violência contra mulher no ambiente universitário, por se tratar de temática sensível.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são o levantamento de estratégias de enfrentamento a violência contra mulher, dar visibilidade à temática e fornecer subsídio científico para debater a temática e a implementação de políticas voltadas às mulheres na Universidade.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo a avaliação curricular que você recebe ou possa vir a receber na instituição.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, comnexo causal com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

Para facilitar o registro e transcrição de falas para tabulação dos resultados, solicitamos a autorização para o registro do áudio do depoimento fornecido durante o grupo focal. Este não será divulgado, pois será utilizado exclusivamente para a documentação e análise dos dados.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Cláudia Raquel Cardoso Farias Martins, pelo telefone **79 9 9980-8947** e/ou pelo e-mail **clauraquelcar@academico.ufs.br**, ou com a pesquisadora orientadora Milena Fernandes Barroso pelo e-mail **mibarroso@academico.ufs.br**.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para os pesquisadores.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: **MULHERES, UNIVERSIDADE E VIOLÊNCIA: uma análise das estratégias não institucionais de enfrentamento à violência contra as mulheres na Universidade Federal de Sergipe no período de 2022 a 2023**

<p>_____</p> <p>Nome do participante ou responsável</p>	
<p>_____</p> <p>Assinatura do participante ou responsável</p>	<p>Data: ____/____/____</p>

Eu, Cláudia Raquel Cardoso Farias Martins, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

<p>_____</p> <p>Assinatura e carimbo do Pesquisador</p>	<p>Data: ____/____/____</p>
---	-----------------------------

APÊNDICE C: TERMO DE DEPOIMENTO**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Departamento de Serviço Social – DSS/UFS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE DEPOIMENTO

Eu _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Cláudia Raquel Cardoso Farias Martins do projeto de pesquisa intitulado “**MULHERES, UNIVERSIDADE E VIOLÊNCIA: uma análise das estratégias não institucionais de enfrentamento à violência contra as mulheres na Universidade Federal de Sergipe no período de 2022 a 2023**” a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. O pesquisador responsável e sua equipe comprometem-se em cumprir as Res. 466/2012 e 510/2016 CNS. Ao mesmo tempo, libero a utilização destes depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

São Cristóvão, em ____/____/_____.

Entrevistado

Pesquisador responsável pela entrevista

ANEXOS

ANEXO A – COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO AO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE (UFS)

COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MULHERES, UNIVERSIDADE E VIOLÊNCIA: uma análise das estratégias não institucionais de enfrentamento à violência contra as mulheres na Universidade Federal de Sergipe no período de 2022 a 2023

Pesquisador: Cláudia Raquel Cardoso Farias Martins

Versão: 3

CAAE: 79113124.1.0000.5546

Instituição Proponente: Departamento de Serviço Social

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 038854/2024

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto MULHERES, UNIVERSIDADE E VIOLÊNCIA: uma análise das estratégias não institucionais de enfrentamento à violência contra as mulheres na Universidade Federal de Sergipe no período de 2022 a 2023 que tem como pesquisador responsável Cláudia Raquel Cardoso Farias Martins, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 18/04/2024 às 08:49.

Endereço: Rua Cláudio Batista s/n B. Sanatório, Prédio do Centro de Pesquisas Biomédicas - HU
Bairro: Sanatório **CEP:** 49.060-110
UF: SE **Município:** ARACAJU
Telefone: (79)3194-7208 **E-mail:** cep@academico.ufs.br